

Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva

Castelo Branco



Projeto Educativo 2022.2025

Documento Orientador | Setembro 2022

Índice

1 - Introdução	1
2 - Identidade do Agrupamento	5
2.1 - O Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva	5
2.1.1 – Enquadramento	5
2.1.2 - A Figura do Patrono	6
2.2 - A Visão, a Missão e os Valores	7
2.2.1 – A Visão	7
2.2.2 – A Missão	8
2.2.3 – Os Valores	8
2.3 - Perfil do aluno	10
2.4 - Perfil do Educador	11
3 - Caracterização do Agrupamento	12
3.1 - As Escolas do Agrupamento	12
3.2 - Caracterização da População Discente	17
3.3 - Caracterização do Pessoal Docente	20
3.4 - Caracterização do Pessoal Não Docente	21
3.5 – Organograma da Organização	23
3.6 - Resultados do Agrupamento	24
4 - Diagnóstico Interno e Externo	26
4.1 - Pontos fortes e áreas de melhoria	26
4.2 Contexto Estratégico (Análise SWOT)	33
5 - Âmbito da Ação Estratégica	35
5.1 - Áreas de intervenção	35
5.2 - Áreas de intervenção prioritária: Objetivos Estratégicos e Metas	38
6 – Critérios	39
6.1 - Constituição de Grupos e Turmas	39
6.2 – Elaboração de Horários	40
7 – Divulgação do Projeto Educativo	41
8. – Monitorização do Projeto Educativo	41
8.1 – Indicadores e Instrumentos de Recolha de dados	43
9 - Avaliação do Projeto Educativo	43
10 - Divulgação dos resultados da avaliação do Projeto Educativo	43
11 - Bibliografia Temática	45

1 - Introdução

O Projeto Educativo é, genericamente, o documento de planeamento institucional e estratégico da escola, onde se abordam de forma clara, entre outros, a missão, a visão e os objetivos gerais que orientam a ação educativa no âmbito da sua autonomia. É o documento que consagra a orientação e a política educativa do Agrupamento, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos.

O Projeto Educativo constitui-se como um instrumento do exercício da autonomia das escolas, consagrado pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) e pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro, reforçado pelo Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que apoia a tomada de “decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos.” (ponto 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei 75/2008).

Por sua vez, as prioridades das novas políticas para a educação, concretizadas no Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho - Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, no Decreto Lei n.º 54/2018, de 6 de julho que estabelece o regime jurídico da Educação Inclusiva, no Decreto Lei n.º 55/2018, de 6 de julho que define o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, no Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio que publica a Proposta de Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, no Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho que autoriza, em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril, que aprova o plano de ação para a transição digital, nortearam a construção deste Projeto Educativo que adota como linhas orientadoras transversais, em todas as ações do agrupamento, a Educação para a Cidadania e a construção de um currículo atual, ancorado no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e consolidado nos valores da responsabilidade, do trabalho, da exigência, da solidariedade, da partilha, da confiança, da justiça, da cidadania responsável e da inclusão, na promoção do sucesso educativo, escolar e social, proporcionando aos alunos uma formação integradora e geradora de sucesso na escola e na vida.

A orientação educativa do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, consubstanciada no seu Projeto Educativo, sintetiza-se no lema **“Trajetos de Inclusão: Participar, Unir e Formar”**. Procura dar respostas diferenciadas, adotar políticas e estratégias contextualizadas conducentes à preparação de cidadãos dotados de valores e competências que facilitem o seu desenvolvimento integral, um agrupamento capaz de dar resposta às aspirações e interesses das nossas crianças e jovens, com capacidade de visão e de intervenção ampla, voltada para o futuro e cada vez mais virada para a comunidade, criando e cimentando parcerias,

geradora de competências, conhecimento, oportunidades e soluções, gestora de dinâmicas de participação e interação com a comunidade; um Agrupamento capaz de estabelecer a necessária interligação da educação com as atividades sociais e culturais, capaz de capacitar para aprendizagens ao longo da vida, de proporcionar um crescer em conjunto através do diálogo, da interculturalidade e da inclusão, facilitando a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral dos alunos.

Com uma visão integradora, onde se promove a realização escolar e profissional, a formação integral de cidadãos com competências que permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos, preparados para empregos ainda não criados, para tecnologias ainda não inventadas, para a resolução de problemas que se desconhecem.

Onde o aluno aprende a ser, a conviver, a comunicar e a valorizar a diversidade, onde se estimula a autonomia, a criatividade, os valores sociais, humanos, ambientais e europeístas, assente em princípios como a prestação de um serviço público de educação e de formação de qualidade, que inclui valorizando e potenciando as capacidades individuais e os ritmos de aprendizagem de cada um com vista ao seu desenvolvimento integral, aberto à comunidade educativa e norteado por valores organizacionais fundamentais para que a Missão e a Visão se tornem efetivas: cidadania, disciplina, empreendedorismo, equidade, ética, excelência, inovação, espírito crítico, autonomia, integridade, justiça, respeito, tolerância, responsabilidade, rigor, solidariedade e transparência.

Enquanto escola, é para nós um desafio garantir uma resposta adequada à diversidade de todos os alunos que compõem a comunidade educativa, seja pelas suas necessidades específicas de aprendizagem, pelo seu background educacional, religioso e cultural, pelas suas preferências ou pelos seus variados perfis de aprendizagem. Pretendemos uma escola onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua condição pessoal ou social, encontrem soluções que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação que permita o acesso pleno à inclusão e à participação na sociedade.

Procuramos através de práticas inclusivas, que a todos eles seja assegurada a equidade, disponibilizando todos os meios para concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando a sua diversidade através da promoção da diferenciação no ensino/ aprendizagem, personalizando o planeamento educativo (centrado no aluno), garantindo a flexibilidade na adequação às singularidades e promovendo o envolvimento parental que assegure o direito da família à participação e informação.

Com o objetivo de se alcançar o sucesso de todos os alunos, queremos assumir uma abordagem multinível que ofereça um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, adotadas em função da resposta dos alunos às mesmas e consubstanciadas nos respetivos níveis de intervenção. Tendo como referencial esta abordagem, procuraremos implementar um conjunto específico de princípios, características e condições essenciais para elaborar um desenho universal que servirá de ação de suporte à aprendizagem

(DUA), através de ações e impactos que daí resultam, nos diferentes intervenientes, nos diferentes espaços e nos diferentes níveis de organização e funcionamento. Com efeito, pretendemos que seja um paradigma de ação de todos e para todos, operacionalizado por um modelo estruturado em níveis de intervenção, os quais variam no tipo, intensidade e frequência das intervenções e cuja mobilização depende da eficácia das mesmas para responder às necessidades, interesses e potencialidades dos alunos ao longo do seu percurso escolar.

Com a aplicação das diferentes medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão pretendemos responder, de forma contínua e integrada às dificuldades dos alunos, através de intervenções orientadas para a aprendizagem, tendo como referência o Currículo e as Aprendizagens Essenciais.

Com isto pretendemos contruir uma abordagem curricular assente num planeamento intencional, proativo e flexível das práticas pedagógicas, que respeite a diversidade de todos alunos, em sala de aula, consubstanciado no Desenho Universal para a Aprendizagem, que ofereça oportunidades e alternativas acessíveis para todos eles, em termos de métodos, materiais, ferramentas, suporte e formas de avaliação, sem modificar o nível de desafio e mantendo elevadas expetativas de aprendizagem. Pretendemos identificar e remover as barreiras à aprendizagem e participação e maximizar as oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, através de práticas que envolvam e motivem os alunos nas situações de aprendizagem, no modo como apresentam a informação e na forma como são avaliados, permitindo que as competências e os conhecimentos adquiridos possam ser manifestados de maneira diversa.

A elaboração do presente documento, construído numa lógica de mudança e de inovação, teve como base na sua organização e orientação os princípios do Projeto de Intervenção do Diretor, o Projeto Educativo anterior e a sua avaliação, diversos documentos orientadores do Agrupamento, a legislação em vigor, os Relatórios dos Planos de Atividades, os Relatórios de Avaliação Interna e Avaliação do Impacto das Medidas de Promoção do Sucesso Escolar.

O processo de construção do Projeto Educativo assentou ainda num diagnóstico responsável dos problemas e das necessidades do Agrupamento, envolvendo de diferentes formas os diferentes elementos da Comunidade Educativa, contributos e perspetivas que ajudaram a delinear as estratégias e as linhas de intervenção/ atuação, conferindo-lhes visão de futuro, coerência e responsabilização coletiva.

Neste documento regulador das políticas educativas do Agrupamento, encontra-se ainda explicitado o Âmbito da Ação Estratégica e as diferentes Áreas de Intervenção Prioritárias, os objetivos estratégicos e metas que permitam promover o sucesso educativo e construir uma *Escola* com horizontes de excelência, no respeito pelas vivências e práticas pedagógicas diferenciadas que o integram.

Na medida adequada e ajustada, por ser um trabalho coletivo, a todos caberá participar na análise dos problemas e vontades, auxiliar na construção de soluções e estratégias, desenvolvê-las e avaliá-las, para de novo melhorar, numa perspetiva de responsabilização e garantia de que acontece educação e formação.

Cumprir a missão que se espera de uma instituição como o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva é um esforço coletivo, do qual se ambiciona empenho e determinação, enquadrados num clima de possibilidades em que o profissionalismo e a inovação sejam naturais respostas aos desafios e problemas.

Pretende este Projeto Educativo ser coerente, objetivo, transparente e conciso procurando dar resposta às questões essenciais de: - Quem somos? – Como nos organizamos? – O que ambicionamos atingir? – Como avaliamos o nosso percurso?

Entendemos o Projeto Educativo como um documento aberto, como um instrumento orientador de um processo que se pretende de investigação-ação, suscetível de sofrer alterações e aperfeiçoamentos, decorrentes da sua monitorização e/ou simples proposta de melhoria de todos os agentes educativos nele envolvidos.

No quadro das competências dos diferentes órgãos de direção, administração e gestão do Agrupamento, o Conselho Pedagógico elaborou o Projeto Educativo para o triénio 2022-2025.

2 - Identidade do Agrupamento

2.1 - O Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva

2.1.1 – Enquadramento

A *Escola Afonso de Paiva*, criada na sequência do alargamento da escolaridade obrigatória para 6 anos, iniciou a sua atividade em 1 de outubro de 1972 como Escola Preparatória. Entre 1973 e 1980, integrou a rede de escolas para a experimentação do 3º ciclo unificado (7º, 8º e 9º ano). A partir de 1980 e até 1995 funcionou apenas como escola do 2º ciclo, situação que mudou no ano letivo 1995/1996, passando a designar-se Escola EB23 – Escola Básica do 2º e 3º Ciclo. Em 2003/2004 torna-se a Escola Sede do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, agregando dez unidades de ensino do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico. Constituiu então o maior agrupamento de escolas de Castelo Branco. No ano letivo de 2006/2007 passou a designar-se Escola Básica Integrada Afonso de Paiva, com a atribuição de duas salas ao 1.º ciclo. Situado no Concelho e Distrito de Castelo Branco, o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva é atualmente constituído pela Escola Básica Afonso de Paiva, Escola Sede do agrupamento (1.º, 2.º e 3º ciclos), pelos Jardins de Infância do Salgueiro do Campo, das Sarzedas e da Quinta das Violetas, pela Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância do Castelo e pelas Escolas Básicas do 1º Ciclo da Mina, de S. Tiago e das Sarzedas.

No ano letivo, de 2010/2011 foi inaugurado o novo edifício da escola sede, após progressiva demolição dos pavilhões que constituíam a escola de origem. As diferentes unidades que compõem o Agrupamento apresentam condições físicas adequadas e as instalações oferecem globalmente um conjunto de equipamentos com qualidade, onde o conforto, a adequação dos espaços ao nível de educação e de ensino e a tecnologia se complementam, acrescentando valor ao processo educativo.

O Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva caracteriza-se também pela diversidade cultural e étnica dos seus alunos, nos vários ciclos de ensino, remetendo-nos para uma especial atenção com as questões da interculturalidade e da inclusão.

Falar do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva implica referir também o protocolo, na qualidade de escola associada com o Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, que envolve a elaboração de um Projeto Educativo próprio e anual, sujeito à aprovação da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), enquadrado nos princípios que definem as linhas orientadoras e os princípios do agrupamento. Naquele estabelecimento funcionam três cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), destinados a adultos que pretendem aumentar as suas qualificações no 1º ciclo (B1), no 2º ciclo (B2) e no 3º ciclo (B3).

A oferta existente no Estabelecimento Prisional inclui ainda uma Unidade de Curta Duração de Educação Musical e um projeto de ensino de Inglês/ Português.

A diversidade da oferta educativa inclui ainda o Ensino Especializado da Música (2º e 3º ciclos), a Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), o Centro de Apoio à Aprendizagem para alunos com espectro do autismo – 1º, 2º e 3º ciclo e a Escola de Referência para a Educação Bilingue (EREB) para alunos surdos.

Ao nível das atividades de apoio e de complemento educativo com medidas de diferenciação pedagógica em sala de aula; coadjuvações; apoios pedagógicos; tutorias; turmas dinâmicas; sala multiusos; oficina de escrita; apoio a Português Língua Não Portuguesa (PLNM); apoio socioeducativo; apoio psicopedagógico e métodos de estudo prestados pelos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), tem sido possível potenciar as aprendizagens dos alunos, o seu reforço ou a sua (re)orientação.

A implementação da avaliação pedagógica no Agrupamento, a valorização e a estimulação para a aprendizagem contínua articulada com as atividades de apoio e de complemento educativo contribuem para a melhoria nos resultados escolares, proporcionando sucesso, aumento da qualidade das aprendizagens e menor abandono escolar.

As parcerias estabelecidas com diferentes instituições, de onde se destaca a celebrada com a Amato Lusitano Associação de Desenvolvimento - “Programa Escolhas”, permite, ao nível da adoção de medidas educativas e operacionais em prol da inclusão, potenciar a integração escolar e social de alunos oriundos de famílias socioeconomicamente desfavorecidas, de minorias étnicas, imigrantes e refugiados.

O Plano de Atividades, organizado em função dos objetivos do Projeto Educativo, representa igualmente um fator congregador, participando na sua elaboração todos os órgãos e estruturas do agrupamento, assim como os parceiros com quem articulamos e desenvolvemos ações/ atividades. Na planificação e desenvolvimento das atividades verifica-se uma contínua preocupação com as estratégias, procurando que sejam indutoras da participação dos pais e encarregados de educação, assim como outros elementos da comunidade, destacando-se neste aspeto as ações realizadas em conjunto com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do agrupamento.

O corpo docente é maioritariamente estável, aliando a experiência profissional ao conhecimento da comunidade educativa e do contexto escolar em que se insere, permitindo uma estabilidade que favorece o acompanhamento dos alunos ao longo do seu percurso escolar.

2.1.2 - A Figura do Patrono

Afonso de Paiva, patrono do Agrupamento, “era natural de Castelo Branco, não se sabendo a data exata do seu nascimento. Nesta cidade desempenhou o cargo de Escrivão do Serviço Real da Comuna dos Judeus.

No quadro das Descobertas e Conquistas Portuguesas, integra-se na missão que o rei D. João II, Príncipe Perfeito, entregou em 1487 a Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã.

A 7 de maio de 1487 partiram juntos, Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã, da cidade de Santarém, onde se achava a Corte. Esta viagem tinha como objetivo estabelecer a exata localização da Índia, a cobiçada terra das

especiarias; a determinação do mítico reino de Preste João; verificar até onde descia o Sul da África e se este continente poderia ser contornado por mar.”

A figura de Afonso de Paiva remete para valores que norteiam a visão e a missão do Agrupamento: integridade, lealdade, dedicação, empenho, curiosidade intelectual e espírito de descoberta.

2.2 - A Visão, a Missão e os Valores

2.2.1 – A Visão

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), na sua redação atual, estabelece no artigo 2º os princípios gerais da Educação em Portugal, garantindo universalidade, acesso e democratização. Refere ainda a liberdade para ensinar e aprender como um valor fundamental, reconhecendo o papel da Educação no *desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho*. Estes valores, em plena consonância com a Constituição da República Portuguesa, balizam o que se entende dever estar sempre presente na atuação de qualquer direção de uma escola.

No Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva queremos assumir uma cidadania empenhada, criar uma instituição prestadora de serviços educativos, dentro do quadro legal e normativo a que está sujeita, implementando soluções adaptadas à comunidade que serve, propondo-se responder às suas necessidades e expectativas, criando oportunidades para todos e assumindo-se como agente de mudança.

Queremos ser uma instituição capaz de receber todos e de se organizar para nela cada um encontrar uma resposta adequada e uma oportunidade. Um agrupamento capaz de **detetar as diferenças potenciadoras de uma comunidade escolar mais rica, que assente a sua riqueza na diversidade**. Um agrupamento com identidade própria, comprometido com a valorização das pessoas, privilegiando a centralidade no aluno, a dignificação do papel do professor, capaz de valorizar os contributos dos assistentes operacionais e técnicos, dos técnicos especializados, dos pais e encarregados de educação, tendo como referencial uma maior humanização do seu papel, garantindo um ambiente participativo, aberto e integrador, reconhecido pelo seu Humanismo e por elevados padrões de exigência e responsabilidade, que valoriza o prosseguimento de estudos e a integração na vida ativa, que forma cidadãos tolerantes, justos e autónomos, organizados e civicamente responsáveis. Um agrupamento onde se constroem oportunidades de valorização de cada um, assentes na autonomia, na solidariedade, no desafio, na alegria de conviver e aprender, no respeito pelas regras de convivência, enraizado numa cultura de responsabilidade e de trabalho colaborativo, enquadrado por lideranças democráticas e participativas, procurando desenvolver sinergias com as entidades parceiras (stakeholders externos). Um agrupamento do presente a perspetivar o futuro!

2.2.2 – A Missão

Prestar um serviço público de qualidade criando sinergias entre os diferentes elementos que constituem o Agrupamento, bem como a relação com a Comunidade, canalizando-as para a formação plena dos alunos, num contexto de humanização, promovendo o sucesso dos alunos, constitui a missão do Agrupamento.

O propósito de concertar princípios e anseios, de identificar áreas de intervenção prioritária e de definir linhas de orientação estratégicas, para o triénio 2022/ 2025, sintetiza-se no lema: **“Trajetos de Inclusão: Participar, Unir e Formar”**.

- PARTICIPAR interventivamente, encontrando na sua ação características comuns. Fazer e ser parte integrante dos princípios orientadores e dos valores que norteiam o Agrupamento.
- UNIR para finalidades comuns, agregando esforços e vontades de toda a comunidade educativa.
- FORMAR para o desenvolvimento integral dos alunos, de acordo com as suas capacidades e anseios.

Assente nos princípios da diversidade e da inclusão, como fonte de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e coletivo, a universalidade das intenções e a abordagem multinível permitirá que todos os alunos, independentemente das suas características, necessidades e circunstâncias, beneficiem de oportunidades educativas, prosperem e progridam, no plano académico, social, emocional e comportamental.

2.2.3 – Os Valores

Pretende-se que os valores subjacentes a este Projeto Educativo sejam partilhados pela comunidade escolar e que os mesmos orientem todas as ações a desenvolver.

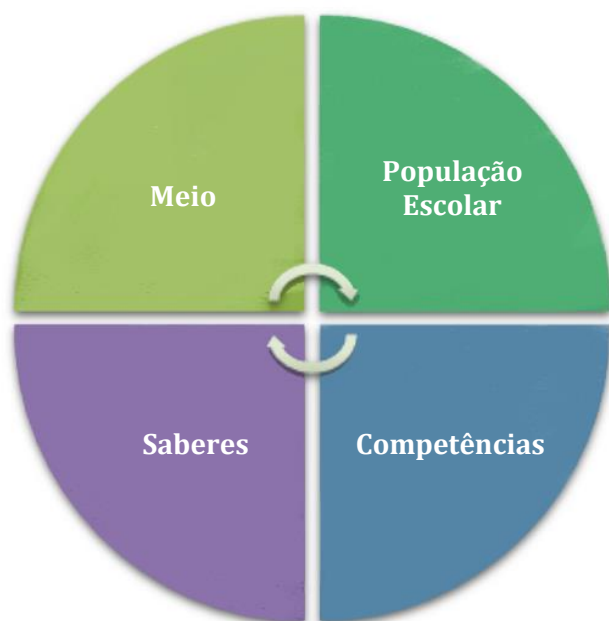
Queremos preparar cidadãos dotados de valores estruturantes da nossa sociedade e das necessárias competências que conduzam ao seu desenvolvimento integral.

Os valores do Agrupamento assentam em três grandes áreas: **Qualidade, Integração e Cidadania**.

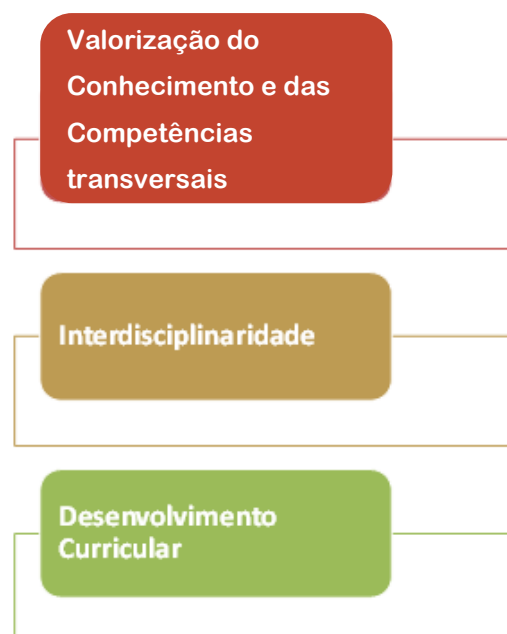
Qualidade e Valores associados



Integração de diversas realidades



Integração dos saberes e competências



Cidadania e cultura democrática



2.3 - Perfil do aluno

O Perfil do Aluno aponta para uma educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista. Para tal, deverão mobilizar valores e competências que lhes permitam intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica ativa, consciente e responsável, adquirindo competências que lhes permitam responder aos desafios complexos deste século e fazer face às imprevisibilidades resultantes da evolução do conhecimento e da tecnologia. Configura o que se pretende que os jovens alcancem no final da escolaridade obrigatória, sendo, para tal, determinante o compromisso da escola e de todos os que lá trabalham, a ação dos professores e o empenho das famílias e encarregados de educação, bem como dos decisores políticos e demais intervenientes (de acordo com o documento “O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, do Ministério da Educação/ DGE).

O Perfil do Aluno apresenta-se estruturado em Princípios, Visão, Valores e Áreas de Competências, cujo esquema conceptual abaixo ilustra.

Tendo em atenção as características estruturais e humanas do Agrupamento, não perdendo de vista a heterogeneidade dos alunos, dos respetivos agregados familiares, bem como as aprendizagens essenciais a atingir, o perfil do aluno deve definir-se tendo em conta as dimensões educativas (social e pessoal, aquisição de saberes fundamentais e habilitação para o exercício da cidadania responsável) definidas na Lei de Bases do Sistema Educativo.

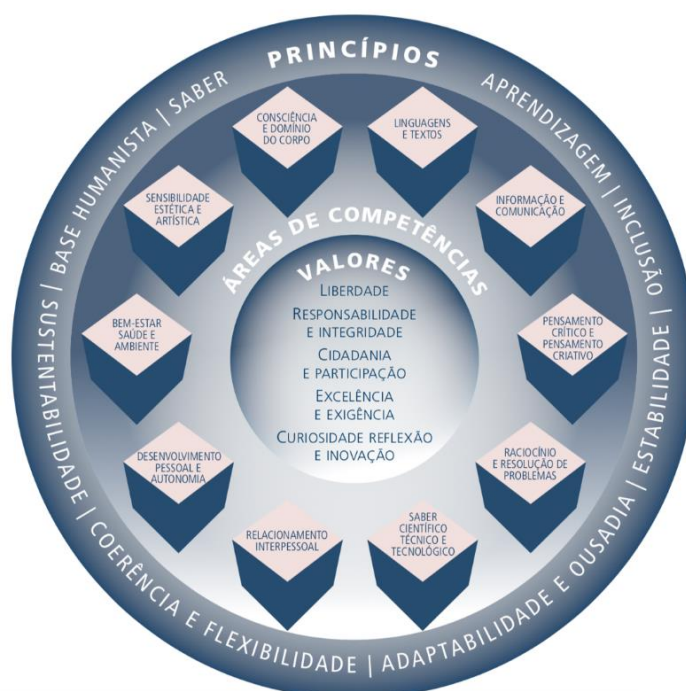


Figura 1 – Esquema conceptual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Em conformidade com os princípios orientadores do Projeto Educativo do Agrupamento, o perfil do aluno deve, ainda, definir-se, tendo em conta os valores referidos em quadro anterior, designadamente: responsabilidade, tolerância, solidariedade, atitude democrática, disciplina, iniciativa e cooperação.

Com vista a alcançar sucesso, a escola tem de assegurar aprendizagens de qualidade para todos os alunos e garantir que, à saída, todos alcançaram aquilo a que têm direito: um perfil de base humanista, ancorado no desenvolvimento de valores e de competências, que torna os alunos aptos ao exercício de uma cidadania ativa exercida em liberdade e proporcionadora de bem-estar.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, reforça o direito de cada um dos alunos a uma educação consentânea com as suas potencialidades, expectativas e necessidades, num conjunto de respostas planeadas no âmbito de um Projeto Educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em verdadeiras condições de equidade. As opções metodológicas serão viabilizadas através do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e pela abordagem multinível no acesso ao currículo com um enfoque num *continuum* de ações, estratégias e medidas organizadas em três níveis de intervenção: universais; seletivas e adicionais.

Uma educação e uma escola inclusivas asseguram a incorporação de variáveis como a ética, relativa aos valores e princípios, visando o combate às atitudes discriminatórias e à criação de uma sociedade mais justa, com respeito pela diversidade, dando oportunidade a todos os alunos de desenvolverem o seu máximo potencial.

2.4 - Perfil do Educador

O perfil do educador (Batista, Gonçalves, Rosa e Trigo, 2012) deve ter em conta três qualidades: qualidade científica e intelectual, qualidade humana, pessoal e ética, e qualidade profissional.

Na sua relação com o conhecimento, o professor deve implicar-se na procura de atualização profissional – científica e pedagógica – e de outras áreas do saber, mobilizando-as na formação dos seus alunos. Deve, ainda, demonstrar abertura à inovação e capacidade de análise crítica que lhe permita intervir na transformação do que o rodeia, tanto a nível profissional como pessoal.

Necessários à consecução dos objetivos estratégicos do Projeto Educativo do Agrupamento, são ainda o dinamismo, a capacidade de trabalho em equipa e o otimismo pedagógico.

Por último, devemos enfatizar os valores da tolerância e da aceitação do outro, disponibilizando-se afetivamente para a diferença.

3 - Caracterização do Agrupamento

3.1 - As Escolas do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva situa-se no concelho e distrito de Castelo Branco. É constituído pela Escola Básica Afonso de Paiva (Escola-Sede – 1.º, 2.º e 3.º ciclos) e pelos jardins de infância do Salgueiro do Campo, das Sarzedas e da Quinta das Violetas, pela Escola Básica do 1.º ciclo com jardim de infância do Castelo e pelas escolas básicas do 1.º ciclo do Castelo, da Mina, e de S. Tiago, possuindo ainda uma sala (escola do 1.º ciclo já extinta) que funciona como sala de apoio (Salgueiro do Campo). A área de influência abrange o espaço urbano e rural da região S-SW da cidade e do concelho de Castelo Branco, bem como freguesias localizadas a Norte.

Identificação das Escolas	Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva setembro 2023				
	Nº de Alunos				
	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	EFA
EB Afonso de Paiva		98	273	375	
Jl Salgueiro do Campo	10				
Jl Sarzedas	15				
Jl Quinta das Violetas	101				
EB/Jl Castelo	20	40			
EB Mina		97			
EB S. Tiago		109			
EB Salgueiro		12			
EB Sarzedas		22			
Estabelecimento Prisional					38
TOTAIS	146	378	273	375	38
			1.210		

Quadro 1 – Escolas e número de alunos do Agrupamento

Oferta Formativa	
Ensino Regular	Outras ofertas/ Recursos Organizacionais Específicos ¹
Pré-Escolar	Ensino Doméstico
1.º Ciclo	Ensino Especializado da Música
2.º Ciclo	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)
3.º Ciclo	Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)
	Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)
	Ensino Bilingue para Alunos Surdos (EREB)
	Educação Formação para Adultos (EFA/ Estabelecimento Prisional)

Quadro 2 – Oferta Formativa do Agrupamento

¹ Referente ao Ano Letivo 2021/2022

As diferentes unidades que compõem o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva apresentam, após as obras de requalificação operadas a partir de 2008/2009, condições físicas adequadas, oferecendo um conjunto de instalações e equipamentos com qualidade, onde o conforto, a adequação dos espaços, a tecnologia e a estética se associam, constituindo-se como uma mais-valia no processo educativo. Excetuam-se as unidades das áreas rurais onde a perspetiva de deslocação para a escola-sede ou para outras escolas do Agrupamento, apresentando-se como um dado incontornável, desaconselham qualquer tipo de investimento em obras de requalificação.

<i>Identificação das Escolas</i>	Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva						
	<i>Qualidade das Instalações e Equipamentos</i>						
	Espaço Interior	Espaço Exterior	Espaço Desportivo Coberto	Biblioteca	Refeitório	Bar	Climatização
<i>EB Afonso de Paiva</i>	5	5	5	5	5	5	5
<i>Jl Salgueiro do Campo</i>	4	4	-	-	3	-	3
<i>Jl Sarzedas</i>	3	3	-	-	3	-	3
<i>Jl Quinta das Violetas</i>	5	4	5	-	5	-	5
<i>EB/Jl Castelo</i>	5	4	-	-	5	-	5
<i>EB Mina</i>	5	4	-	-	5	-	4
<i>EB S. Tiago</i>	5	3	5	5	4	-	4
<i>EB Sarzedas</i>	2	3	-	-	3	-	3
<i>Salgueiro (sala de apoio)</i>	4	4	-	-	3	-	3

Quadro 3 – Qualidade das Instalações e Equipamentos

Escola Básica Afonso de Paiva

A Escola sede do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva encontra-se situada numa zona residencial da cidade com elevada densidade populacional, cujo meio envolvente está dotado de estruturas de apoio social importantes: o Hospital Amato Lusitano, o Centro de Saúde de S. Tiago, o Instituto Português do Desporto e da Juventude, o Quartel dos Bombeiros Voluntários, o Quartel da Guarda Nacional Republicana, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental e o Pavilhão Desportivo Municipal.

Na sede do Agrupamento foi construído um edifício específico para o 1º ciclo do ensino básico, no qual existem quatro salas de aula. Começou a funcionar no início do ano letivo 2009/2010, e nele existem ainda uma sala polivalente, uma sala de professores e instalações sanitárias apropriadas.

São diversos os serviços de apoio à comunidade existentes, incluindo o refeitório, o bufete dos alunos e o bar, do pessoal docente e não docente, a Biblioteca Escolar, o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), a Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e a sala do Ensino Bilingue para Alunos Surdos (EREB).

Jardim de Infância Quinta das Violetas

No ano letivo de 1980/1981, foi criado este estabelecimento educativo, com a designação de "Jardim de Infância Oficial n.º 2", preparado para receber crianças dos três aos seis anos de idade. Após alguma mobilidade de residência no passado, a instituição funciona atualmente num edifício novo, construído de raiz para o efeito a partir do ano letivo de 2002/2003, sendo frequentado por crianças oriundas de diferentes zonas da cidade. Para a climatização do edifício tem instalado ar condicionado e também aquecimento central. Em 2000, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, iniciou-se a componente social de apoio às famílias que permitiu o serviço de almoços e o prolongamento de horário, tendo o número de turmas duplicado, de três para seis. Atualmente funciona com cinco turmas e mantém a oferta da componente social de apoio à família – Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), com serviço de almoços e prolongamento de horário onde são proporcionadas atividades extracurriculares, levadas a cabo por professores especialistas nas respetivas áreas. A partir de 24 de setembro de 2002, quando mudou para as atuais instalações deixou, por decisão do Ministério de Educação, de poder designar-se "Jardim de Infância Oficial n.º 2" e passou a designar-se "Jardim de Infância Quinta das Violetas", integrando o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva em 2003/2004.

Jardim de Infância do Salgueiro do Campo

Em 1971 foi construída a escola primária do Salgueiro do Campo só com uma sala. Anos mais tarde, o número de crianças aumentou consideravelmente, a escola sofreu obras, tendo-lhe sido acrescentada uma sala.

O jardim de infância abriu como serviço autárquico no ano letivo 1993/1994 no edifício do Centro de Dia. No ano seguinte mudou para o edifício da escola primária. No ano letivo de 2010/2011, por necessidade de funcionamento de mais uma turma no 1º ciclo do ensino básico (1ºCEB), o jardim de infância cedeu a sala, funcionando durante esse ano letivo nas instalações do antigo posto médico. No ano letivo seguinte, 2011/2012, a educação pré-escolar voltou às instalações onde funciona o 1º CEB, situação que se mantém.

O jardim de infância está inserido no meio rural. Como dista poucos quilómetros de Castelo Branco, a maior parte da população ativa desloca-se para aí trabalhar. É um meio onde não há grande atividade cultural, com exceção das tradicionais festas de verão. Não possui indústria, unicamente uma padaria e o comércio local existente são mercearias, cafés e uma farmácia.

No exterior existe um pátio coberto onde se encontram as instalações sanitárias.

Jardim de Infância das Sarzedas

Desconhece-se o ano de construção do Jardim de infância de Sarzedas. O Livro de Ponto mais antigo existente naquele estabelecimento de educação reporta-se ao ano de 1989.

O edifício onde funciona faz parte do edifício da Junta de Freguesia. É frequentado atualmente por um pequeno grupo de crianças, nenhuma residente na localidade. As crianças que frequentam o estabelecimento são oriundas das localidades limítrofes.

O jardim de infância tem o horário normal da componente letiva, mas fornece o serviço de almoço e prolongamento de horário diário consoante as necessidades das famílias.

O meio é essencialmente rural, pois algumas das indústrias que teve no passado encerraram, devido à saída de muitos dos seus habitantes para a cidade, nomeadamente Castelo Branco, onde muitas famílias trabalham.

Escola Básica com Jardim de Infância do Castelo

Neste edifício funciona o Pré-Escolar e o 1º ciclo do ensino básico. O edifício é do tipo *Plano Centenário* datado de 1963 e situa-se na zona medieval, próximo do centro da cidade. Todo o edifício beneficiou de obras de melhoramento em 2008/2009, tendo-se mantido apenas a fachada.

Atualmente, funcionam duas salas com 1º ciclo, uma sala com pré-escolar e uma sala de apoio. Dispõe ainda de biblioteca e de refeitório. Nos diferentes espaços existem aparelhos de ar condicionado/ climatização.

Escola Básica da Mina

A Escola Básica da Mina é um edifício do tipo *Plano Centenário* com quatro salas de aula. Dispõe ainda de uma sala de apoio e de uma sala para reuniões, de um ginásio e de um refeitório.

No exterior existe um pátio descoberto e um coberto, local onde se encontram as instalações sanitárias.

As condições oferecidas pelo edifício tanto no interior, como no exterior, são boas.

A escola está inserida no meio urbano, na entrada norte da cidade.

Este estabelecimento inclui a sala de apoio do Salgueiro do Campo. Este edifício foi construído em 1968, em substituição da antiga escola primária e fica situado num dos extremos da localidade, que dista cerca de dez quilómetros de Castelo Branco. É um edifício que se encontra em bom estado de conservação. As instalações sanitárias são compostas por duas casas de banho, em bom estado de conservação. O aquecimento do edifício é feito através de uma caldeira.

Escola Básica de S. Tiago

A Escola Básica de S. Tiago funciona, desde o ano escolar 2001/2002, num edifício de dois pisos. Exteriormente oferece um espaço coberto e situa-se numa zona urbana, designada por S. Tiago.

As sete salas de aula de que a escola dispõe situam-se no rés-do-chão, funcionando ainda numa outra sala, o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA). Neste piso existe ainda o refeitório com cozinha anexa, uma sala para os assistentes operacionais, uma sala de professores, um gabinete para a coordenação da escola, um espaço

para a reprografia, um ginásio para a prática de atividade física e de psicomotricidade, duas casas de banho para adultos e casas de banho para crianças.

No primeiro andar, existem dois gabinetes, sendo um para o apoio e complemento educativo e outro destinado à terapia da fala e ao Serviço de Psicologia e Orientação. Num dos corredores do piso superior foi criado um espaço polivalente para utilização do quadro interativo. Neste piso funciona ainda a biblioteca e, numa das alas o espaço de informática, equipado com computadores portáteis.

Escola Básica de Sarzedas

A Escola Básica de Sarzedas funciona num edifício que foi construído em 1960. Fica situada num dos extremos da povoação, junto a uma via rodoviária. A localidade dista cerca de 20 km de Castelo Branco.

É um edifício do *tipo Plano Centenário* que apresenta alguns sinais do tempo. Possui duas salas de aula, funcionando apenas uma turma com alunos dos quatro anos de escolaridade. O aquecimento do edifício é feito através de uma caldeira a lenha. Dispõe de um pátio exterior, com uma pequena parte coberta, onde se localizam as instalações sanitárias.

Em todos os estabelecimentos do Pré-Escolar os alunos podem usufruir das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF/ Prolongamento de horário) e no 1ºciclo da Componente de Apoio à Família (CAF) e de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Todo o indivíduo que passa por processos educativos torna-se um cidadão em melhores condições de exercer o seu papel, pois a educação é a base constitutiva da formação do ser humano e da defesa dos seus direitos. Impõe-se, portanto, no respeito pelo princípio da solidariedade, criar condições que permitam à população reclusa elevar as suas habilitações e qualificações facilitadoras de uma reintegração bem-sucedida como cidadãos dignos da comunidade a que pertencem.

A escola tem de aceitar os alunos como eles são, mostrando-lhes outros valores, ajudando-os a entender capacidades que eles próprios desconheciam, orientando-os no sentido duma formação/instrução que, sem esquecer a vertente da aquisição de conhecimentos, os torne mais autónomos, responsáveis e críticos numa sociedade em constante mutação. Falar de Educação num Estabelecimento Prisional é adaptar o homem à transformação, tornando-o sujeito e objeto do desenvolvimento cultural, económico e social.

O suporte de trabalho a este nível no Estabelecimento Prisional está refletido no Projeto Educativo que é elaborado em articulação com a Escola Associada e que constitui “per si” um instrumento autónomo que lhe confere individualidade e vontade própria para responder aos desafios de mudança com vista a uma positiva evolução na sociedade.

O ensino oficial nos Estabelecimentos Prisionais foi criado pelo Despacho Conjunto n.º 211/ 79, ao abrigo do qual foi iniciado o ensino primário e preparatório no Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, no início da década de oitenta.

3.2 - Caracterização da População Discente

O Agrupamento integra uma população heterogénea e essencialmente urbana (mais de 85% dos alunos reside em Castelo Branco).

RESIDÊNCIA (Freguesia) (setembro 2022)		Pré-escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Concelho de Castelo Branco</i>	Castelo Branco	152	84,9%	317	88,1%	214	85,3%	325	86,7%
	UF Freixial do Campo e Juncal do Campo	3	1,7%	6	1,7%	5	2,0%	1	0,3%
	Salgueiro do Campo	6	3,4%	10	2,8%	7	2,8%	8	2,1%
	Sarzedas	8	4,5%	9	2,5%	4	1,6%	2	0,5%
	Almaceda	1	0,6%	3	0,8%			1	0,3%
	Alcains	1	0,6%	1	0,3%	2	0,8%	5	1,3%
	Benquerenças	1	0,6%	1	0,3%	4	1,6%	1	0,3%
	UF Cebolais de Cima e Retaxo	1	0,6%	3	0,8%			4	1,1%
	UF Escalos de Baixo e Mata					6	2,4%	7	1,9%
	UF Escalos de Cima e Lousa	1	0,6%				0,0%	2	0,5%
	Lardosa	1	0,6%	1	0,3%			1	0,3%
	Lousa			1	0,3%			1	0,3%
	UF Ninho do Açor e Sobral do Campo				0,0%				0,0%
	UF Póvoa de Rio Moinhos e Cafede	2	1,1%	1	0,3%	2	0,8%	5	1,3%
	Santo André das Tojeiras	2	1,1%	4	1,1%	3	1,2%	3	0,8%
	Tinalhas					1	0,4%		
<i>Outro concelho</i>		6			3	0,8%	3	1,2%	9
TOTAIS		119		179		360		251	

Quadro 4 – Residência dos alunos

Dos 1164 alunos que frequentam o agrupamento, 580 são rapazes e 548 são raparigas, com proporção diferente em cada um dos níveis de ensino e ciclos, tal como se pode observar no quadro 5 (setembro 2022).

Alunos	Rapazes		Raparigas	
	Nº	%	Nº	%
Pré-escolar	89	57%	66	43%
1.º Ciclo	182	50%	179	50%
2.º Ciclo	124	49%	127	51%
3.º Ciclo	185	48%	212	52%
Total	580	49,8%	584	50,2%

Quadro 5 – Distribuição dos alunos por género em cada nível de ensino e ciclo de escolaridade

As 155 crianças que frequentam a educação pré-escolar têm idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, como se pode observar no quadro 6.

Idade	2 Anos	3 Anos	4 Anos	5 Anos	6 Anos	Total
Nº	0	48	45	50	2	145
%	0,0%	33,1%	31%	34,5%	1,4%	100%

Quadro 6 – Idade das crianças que frequentam o ensino pré-escolar

No ensino básico, os 960 alunos do Agrupamento têm idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. O cruzamento da idade dos alunos com o ano de escolaridade que frequentam (quadro 7) permite ter um indicador importante sobre percursos de escolaridade a decorrer, ou não, no tempo previsto. Em nenhum ano de escolaridade se atinge os 100% no grupo de alunos com a idade esperada para esse ano. Os 3.º e 6.º anos são aqueles em que é menor (cerca de 75%) o grupo de alunos previsivelmente sem repetências, no caso do 1º e 2º Ciclos. No caso do 3º Ciclo, os 7.º, 8º e 9.º anos estão a ser frequentados por cerca de 20% de alunos com possíveis retenções no seu percurso escolar.

Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Idade Média	6,2	7,3	8,4	9,3	10,3	12,	12,3	13,3	14,3
Idade Mínima	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Idade Máxima	12	11	12	13	15	15	15	16	18
Idade esperada	6 Anos	7 Anos	8 Anos	9 Anos	10 Anos	11 Anos	12 Anos	13 Anos	14 Anos
Nº de alunos	66	102	96	58	149	126	132	123	88
N.º de alunos que transitaram	64	81	71	46	122	97	106	99	69
%	97%	79%	74%	79%	82%	77%	80%	80%	78%

Quadro 7 – Idade dos alunos por ano de escolaridade (Idade em 15 de setembro de 2017)

O quadro 8 apresenta as habilitações académicas dos pais dos alunos do Agrupamento, registando-se que existem casos em que as habilitações são desconhecidas.

HABILITAÇÕES	Pré-escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		TOTAL	
	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)
<i>Não sabe ler nem escrever</i>	0%	0%	0%	0%	1%	1%	0%	0%	0%	0%
4º Ano	3%	1%	5%	4%	3%	2%	1%	1%	3%	2%
6º Ano	7%	5%	6%	4%	6%	3%	6%	6%	6%	4%
9º Ano	24%	20%	19%	14%	20%	13%	13%	6%	18%	12%
12º Ano	29%	17%	28%	27%	18%	23%	22%	20%	24%	23%
Curso superior	19%	42%	21%	35%	18%	37%	24%	37%	21%	37%
Desconhecidas	15%	15%	17%	15%	34%	22%	35%	31%	27%	22%
Outra	2%	0%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%
TOTAIS	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 8 – Habilitações académicas dos pais (setembro 2022)

Podemos verificar que é residual, embora ainda existente, a percentagem de pais que não sabem ler nem escrever. A escolaridade de cerca de 27% dos pais e 18% das mães situa-se no ensino básico (4.º, 6.º ou 9.º anos). A percentagem de mães (60%) com o ensino secundário ou com curso superior é mais elevada que a dos pais (45%). Existe, no entanto, uma percentagem elevada de situações desconhecidas (27% nos pais e 22% nas mães).

O quadro 9 apresenta a situação profissional dos pais, registando-se novamente casos em que essa situação é desconhecida.

SITUAÇÃO	Pré-escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		TOTAL	
	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)
PROFISSIONAL										
Empregado	55%	57%	63%	61%	55%	69%	63%	67%	60%	65%
Desempregado	17%	26%	10%	22%	5%	9%	3%	8%	7%	15%
Reformado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Estudante	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Desconhecida	28%	17%	27%	16%	39%	22%	34%	25%	33%	21%
Outra	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TOTAIS	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 9 – Situação profissional dos pais

Dos 1134 alunos (excluindo o EPCB) que frequentam o Agrupamento, 328 recebem subsídios (31%), sendo 199 do Escalão A (19%), 112 do Escalão B (11%) e 17 do Escalão C (2%).

No ano letivo 2021/2022, frequentaram o Centro de Apoio à Aprendizagem do Agrupamento 123 alunos (12%) com Necessidades Educativas Específicas de Caráter Permanente. O Agrupamento dispõe de professores especialistas e técnicos que proporcionam apoio especializado, orientam e coordenam os percursos educativos destes alunos em articulação com a Direção, psicólogas, pais e encarregados de educação, educadoras/ professores titulares de grupo/ turma, diretores de turma e assistentes operacionais.

O Quadro 10 apresenta as diferentes valências do Agrupamento na área da Educação Inclusiva e a distribuição dos alunos.

<i>Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)</i>		CRIANÇAS	ADULTOS
UNIDADES DE REFERÊNCIA	SNIP, Sistema Nacional de Intervenção Precoce para a Infância	72 Crianças Residentes nos concelhos de Castelo Branco, V. V. Ródão, Idanha-a-Nova e Alcains	5 Educadoras Trabalho em articulação com o Centro Regional de Segurança Social, Centro de Saúde e APPACDM
	EREB Escola de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos	4 crianças/ alunos.	2 Professoras de Educação Especial 1 Terapeuta da Fala 1 Intérprete de Língua Gestual Portuguesa 1 Formadora de Língua Gestual Portuguesa
	<i>Grupo 910 – Graves problemas cognitivos, graves problemas motores, graves perturbações da personalidade ou da conduta e multideficiência.</i>	96 crianças/ alunos.	8 Professores de Educação Especial (910) Terapeuta da Fala Assistentes Operacionais
	<i>Grupo 920</i>	6 crianças/ alunos.	2 Professoras de Educação Especial 1 Terapeuta da Fala 1 Intérprete de Língua Gestual Portuguesa 1 Formadora de Língua Gestual Portuguesa
	<i>Grupo 360</i>	3 alunos.	1 Professor de Língua Gestual Portuguesa
<i>Articulação com o SPO</i>		75 alunos.	2 Psicólogas

Quadro 10 – Distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais

3.3 - Caracterização do Pessoal Docente

O Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva possui um corpo docente estabilizado. No final do ano letivo 2021/2022, em exercício de funções no Agrupamento, existiam 168 docentes, sendo: 86 de Quadro de Agrupamento/ Quadro de Escola (51,2%). Os restantes 60 ficaram colocados no agrupamento por mobilidade por doença (35,7%), sendo os restantes 22 docentes do Quando de Zona Pedagógica ou contratados (13,1%).

<i>Pré-Escolar</i>	<i>1º Ciclo</i>	<i>2º Ciclo</i>	<i>3º Ciclo</i>	<i>Ed. Especial</i>	<i>Técnicas</i>
12	33	33	43	19	6

146

NÍVEL DE ENSINO/ GRUPO DE RECRUTAMENTO

			Total:
<i>Educação Pré-Escolar</i>		100	12
<i>1.º CEB</i>		110	30
		120	3
<i>2.º Ciclo do Ensino Básico</i>	Português /História / Estudos Sociais	200	2
	Português / Francês	210	1
	Português / Inglês	220	7
	Matemática e Ciências Naturais	230	8
	Educação Visual e Tecnológica	240	6
	Educação Musical	250	3
	Educação Física	260	5
	EMRC	290	1
<i>3.º Ciclo do Ensino Básico</i>	Português	300	7
	Inglês	330	3
	Espanhol	350	2
	Língua Gestual Portuguesa	360	1
	História	400	3
	Geografia	420	2
	Economia	430	0
	Matemática	500	6
	Física e Química	510	4
	Biologia e Geologia	520	5
	Informática	550	3
	Artes Visuais	600	2
	Educação Física	620	5
	Educação Especial 1	910	12
	Educação Especial 2	920	2
	Educação Especial 3	930	5
<i>Técnicos Especializados</i>			6
<i>Total</i>			146

Quadro 11 – Distribuição do pessoal docente por grupos e níveis de ensino

3.4 - Caracterização do Pessoal Não Docente

Os Assistentes Operacionais e Técnicos do Agrupamento dependem, desde janeiro de 2009, da Câmara Municipal de Castelo Branco, por via da assinatura do protocolo de transferência de competências em matéria de educação, assinado entre a Autarquia e o Ministério da Educação.

Podemos dizer que as alterações daí decorrentes, nomeadamente no caso dos assistentes operacionais, permitiram à Direção do Agrupamento gerir de forma mais equilibrada os recursos existentes, incrementando práticas de mobilidade interna que, sem colidir com necessidades individuais e respeitando competências, têm possibilitado atuar globalmente na resposta às necessidades das diferentes unidades que compõem o Agrupamento.

Ainda assim, ocorrem pontualmente alguns constrangimentos motivados por:

- i. Baixas médicas.
- ii. Horário de funcionamento ininterrupto das 07:30' às 18:30' (Na Escola sede o horário prolonga-se até às 24h).
- iii. Elevado número de alunos com Necessidade Educativas Especiais a requererem disponibilidade permanente de um assistente operacional.

Os assistentes técnicos respondem individualmente por cada uma das seguintes áreas funcionais: Contabilidade, Tesouraria, Vencimentos, Pessoal, Alunos, Expediente e Ação Social Escolar.

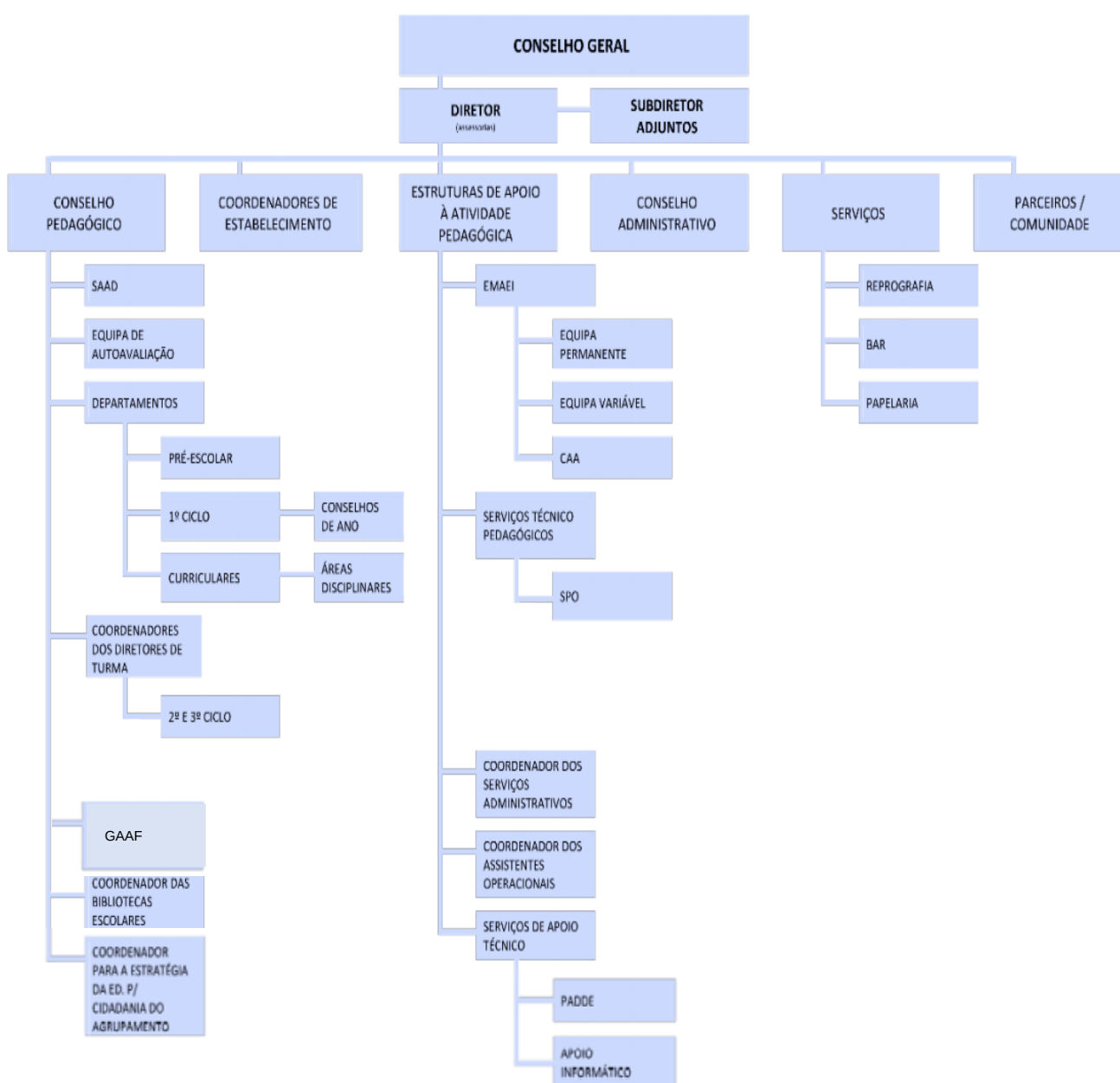
Não existindo uma prática sistemática de rotatividade de funções, cada um dos funcionários desenvolveu competências numa ou em duas áreas diferentes da que desempenha.

Unidades de Ensino	Categorias				TOTAL
	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	
<i>EB/JI Castelo</i>				2	2
<i>EB Mina</i>				4	4
<i>Jl Salgueiro do Campo</i>				1	1
<i>EB São Tiago</i>				4	4
<i>EB Afonso de Paiva</i>			7	18	25
<i>Jl Violetas</i>				4	4
TOTAL			7	33	40

Quadro 12 – Distribuição do pessoal não docente por categorias e unidades de ensino (24 de fevereiro de 2018)

3.5 – Organograma da Organização

A escola é uma complexa teia de relações e interdependências, da qual resultam as sinergias que fazem mover a própria organização. No Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva (AEAP), a cooperação e o diálogo sistemático entre as lideranças de topo e as lideranças intermédias e entre os órgãos e estruturas de orientação e gestão da escola garantem uma ação educativa de proximidade. O organograma que se segue mostra o modo como se processa a comunicação entre os diferentes setores.



3.6 - Resultados do Agrupamento

Resultados académicos

A missão do Agrupamento é garantir o sucesso os alunos, do pré-escolar ao 9.º ano de escolaridade, criando igualdade de oportunidades.

No Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva temos focado os resultados escolares como uma das principais preocupações porque, para além de pretendermos desenvolver nas nossas crianças e jovens regras e valores mais adequados, queremos ainda que todos se tornem cidadãos dotados de competências transversais que lhes permitam, num futuro próximo, entrar na vida ativa. Esta preocupação tem levado o Agrupamento a implementar com maior regularidade uma recolha e análise de diversos dados, inserida na cultura avaliativa interna da escola.

Uma das estratégias que tem sido implementada, e que se pretende aprofundar, no sentido de antecipar situações que careçam de intervenção especial ou de ajudar a identificar dificuldades na aprendizagem, tem sido a monitorização final dos resultados escolares de todos os níveis de ensino nas reuniões de departamento, com apresentação trimestral em reunião de Conselho Pedagógico.

Uma das (várias) formas escolhidas para fazer essa monitorização tem sido a análise da evolução dos resultados em todas as disciplinas, o que nos permite não só verificar o seu desenvolvimento (de ano para ano e de período para período), como também lançar alertas e recomendações para a definição de estratégias específicas e implementação de planos de ação que permitam a melhoria.

O tratamento de dados efetuado, relativo à avaliação do Projeto Educativo 2018/2021, permite-nos ter uma visão abrangente dos resultados internos, pelas taxas de transição por ano de escolaridade e de conclusão por ciclo de ensino e dos resultados externos, pelos resultados das provas de aferição/ provas nacionais feitas no Agrupamento.

A análise pormenorizada destes e de outros dados encontra-se explícita de forma detalhada no Relatório de Avaliação do Projeto Educativo 2018/2021 e no documento de autoavaliação elaborado pela equipa de avaliação interna, no final do ano letivo 2020/2021 que, por sua vez, se baseou nos relatórios das diferentes estruturas de coordenação educativa do Agrupamento.

As práticas instituídas têm contribuído para uma melhoria significativa e sustentada dos resultados.

Resultados sociais

O desenvolvimento integral do aluno, e não só da sua componente cognitiva, tem sido também uma preocupação do Agrupamento.

De modo a fomentar a envolvimento dos alunos na vida do Agrupamento, são desenvolvidas atividades onde as motivações/ interesses dos mesmos são potenciadas, promovendo a participação ativa destes em projetos

que visam a responsabilização, o desenvolvimento do espírito crítico, a consciência social, a autonomia, a saúde, o conhecimento do meio e a consciência ambiental. A participação ao longo dos últimos anos em clubes, projetos e programas como o *Parlamento dos Jovens*, *Eco-Escolas*, *Desporto Escolar*, *Promoção da Saúde e Educação Sexual*, *Plano Nacional de Leitura*, *Clube de Música*, *Clube de Teatro* e *Oficina de Artes* são exemplos de atividades desenvolvidas que tiveram uma receptividade elevada e levaram a uma maior participação dos alunos na vida do Agrupamento.

Os alunos também dinamizam, normalmente, no final de cada período, ou em datas específicas, atividades de carácter lúdico, cultural ou desportivo que envolvem os restantes colegas. Estas ações permitem aos seus dinamizadores desenvolver responsabilidade, autonomia e o sentimento de pertença, bem como a integração das diferentes culturas e o desportivismo.

O Agrupamento tem vindo, também, a desenvolver um trabalho que visa promover uma maior inter-relação com a comunidade. Na construção do Plano de Atividades (PA) existe a preocupação de que este não contemple apenas atividades para a comunidade escolar, mas também que envolvam toda a comunidade educativa. Em todos os níveis de ensino são implementadas atividades em colaboração com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, Escola Segura, coletividades, instituições locais e parceiros do Agrupamento.

A envolvência dos Encarregados de Educação em algumas das atividades é bastante significativa. A realização do Dia do Agrupamento, Marcha pelo Coração, “Festival das Sopas”, Festas de Natal, Cantar as Janeiras, Desfile de Carnaval, Encerramento do Ano Letivo, Galas de Entrega de Prémios, Feiras do Livro, Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, apresentações diversas dos Clubes de Matemática, da Música e do Teatro são alguns dos muitos exemplos em que existe uma interação direta com a comunidade.

Criaram-se canais de comunicação que permitem ao Agrupamento divulgar à comunidade o trabalho que se desenvolve, promovendo a valorização do aluno.

Reconhecimento da comunidade

O Agrupamento tem pautado a sua ação educativa por uma total abertura à comunidade. A imagem de qualidade do Agrupamento tem merecido destaque nos diferentes meios de comunicação social locais, bem como nos canais de divulgação do Agrupamento.

Com base no conhecimento que temos do grau de satisfação da comunidade educativa, podemos afirmar com alguma fiabilidade que, de modo geral, se regista uma opinião positiva quanto ao bom estado de conservação das instalações escolares, do conforto e bem-estar proporcionados pelos espaços existentes;

Relativamente aos processos de ensino e aprendizagem e à prestação de serviço educativo, existe o reconhecimento da maioria dos alunos e pais/ encarregados de educação pelo trabalho da direção, do pessoal docente e do pessoal não docente.

Registamos, com satisfação, a contínua procura do agrupamento para o desenvolvimento de atividades de carácter cultural, desportivo, social e académico, algumas em parceria com as estruturas de coordenação e/ou supervisão pedagógica do agrupamento. A consolidação das parcerias com instituições de ensino superior como a Escola Superior de Educação, a Escola Superior de Artes Aplicadas, a Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Tecnologia, todas unidades orgânicas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, são exemplos do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, nalguns casos, ao nível da supervisão da prática pedagógica de alunos em contexto de prática pedagógica. As Escolas Superiores de Educação de Coimbra e de Viseu também têm procurado no agrupamento colaboração na supervisão da prática pedagógica de alunos de Língua Gestual Portuguesa e Educação Visual.

O Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar (CATAA) de Castelo Branco, o Geoparque Naturtejo e o Centro de Ciência Vida de Constância são também instituições parceiras na recente criação/ implementação do Centro de Ciência Viva do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva - *Geodiversidade e biodiversidade na cidade de Castelo Branco*.

4 - Diagnóstico Interno e Externo

4.1 - Pontos fortes e áreas de melhoria

O diagnóstico efetuado reporta-se essencialmente às conclusões que emanam dos processos de avaliação interna e externa que envolveram todo o Agrupamento ao longo do período de vigência do anterior Projeto Educativo e cujas reflexões estão consubstanciadas nos seguintes documentos:

- Relatório de Avaliação do Projeto Educativo 2018-2021;
- Plano de Atividades 2019/2021 – Balanço Final;
- Avaliação Interna - Balanço 2019/2021;
- IGEC: Relatório de Acompanhamento da Ação Educativa no Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, 2018/2019;
- IGEC: Projeto de Relatório de “Perfil dos Alunos – Ação das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva”, 2021/2022;
- Projeto de Intervenção 2021/2025, de Luís António Ferreira Santos.

Tal como está explicitado no relatório de autoavaliação do Projeto Educativo, este «constitui “(...) o documento que procede à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no PE, à avaliação das atividades realizadas pelo Agrupamento (...) e da sua organização e gestão, designadamente no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo (Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho). Assim, a avaliação do Projeto Educativo constitui mais um contributo importante no processo de autorregulação das práticas educativas do Agrupamento, assumindo um importante papel no planeamento e

organização do próximo triénio, pelo reconhecimento dos pontos fortes e fracos do projeto, permitindo delinear com propriedade futuras estratégias e métodos de trabalho.

Importa salientar que a escola não foi exceção no que diz respeito aos efeitos negativos da pandemia de COVID-19. As medidas de mitigação dos riscos de infeção obrigaram a dois confinamentos, tendo como consequência direta o encerramento das escolas, a necessidade de recorrer ao ensino a distância com recurso às tecnologias da informação, cujo acesso não foi igual por parte de todos os alunos, realidades que trouxeram dificuldades de aprendizagem e acentuaram as desigualdades sociais. Esta realidade explica assim quatro situações distintas: que a análise de determinados dados recaia apenas no espaço temporal correspondente ao ano letivo 2018/2019; que os resultados observados reflitam as dificuldades vividas pela escola e pela sociedade; que algumas das atividades propostas não se tenham concretizado visto implicarem a presença dos seus intervenientes; e alteração na forma como passaram a realizar-se os contactos entre diretores de turma e encarregados de educação.

O Projeto Educativo 2018/2021 assumiu, entre outras, duas grandes áreas de intervenção prioritária:

- Sucesso e Resultados Académicos;
- Relação Escola-Família.

Áreas de Intervenção Prioritária e Objetivos Estratégicos constantes do Projeto Educativo 2018/2021:

<i>Áreas de intervenção</i>	<i>Objetivos Estratégicos (OE)</i>
• <i>Sucesso e Resultados académicos</i> • <i>Comportamento dos alunos</i> • <i>Diferenciação e apoios educativos</i> • <i>Relação Escola – Família</i>	1. Assegurar a melhoria dos resultados escolares 2. Promover comportamentos para o exercício de uma cidadania responsável 3. Avaliar e aumentar a eficácia dos apoios 4. Assegurar o envolvimento e a satisfação da Comunidade Educativa

Para cada um dos Objetivos Estratégicos (OE) foram definidas metas a atingir, cuja lista se apresenta no quadro seguinte.

<i>Objetivo estratégico (OE)</i>	<i>Metas a atingir</i>
OE 1	No final do triénio igualar ou superar as taxas de Desempenho do NUT III do 2º ano, 5º ano e 8º ano. No final do triénio atingir taxas de transição de 85% para cada um dos ciclos. Ao longo do triénio manter o abandono escolar tendencialmente a 0%.

	Ao longo do triénio igualar ou superar as taxas de sucesso nacionais, nas provas finais de ciclo. Ao longo do triénio procurar que a diferença entre a classificação interna e a classificação externa das provas finais seja $\leq 4\%$. No final do triénio igualar ou superar o sucesso de cada uma das áreas curriculares, por ano de escolaridade.
OE 2	Implementar, no triénio, em todas as turmas, um programa de treino de competências sociais. Atingir, no final do triénio, pelo menos 50% do número de turmas com indicação em ata de comportamento $\geq$ BOM. Realizar, anualmente, um mínimo de 2 atividades propostas e dinamizadas por iniciativa dos alunos do 2.º e 3.º ciclo Cada estabelecimento participar anualmente num mínimo de 2 iniciativas ou projetos que promovam a defesa do ambiente. Realizar, anualmente, uma atividade no âmbito da educação parental e desenvolvimento de competências sociais, destinada aos encarregados de educação.
OE 3	Definir critérios, a nível das direções de turma, para inclusão/manutenção de alunos nos vários apoios existentes. Explicitar objetivos dos apoios e avaliar a consecução dos mesmos, nos conselhos de turma.
OE 4	Garantir, anualmente, o mínimo de uma atividade com a participação dos EE/Associação de Pais em cada um dos estabelecimentos de ensino, por sala no pré-escolar, por turma no 1.º ciclo e por ano nos 2.º e 3.º ciclos, em articulação com os docentes. Dinamizar, pelo menos, dois eventos anuais em cada estabelecimento dirigido à comunidade educativa. Atingir níveis de participação $\geq 80\%$ dos EE nas reuniões. Atingir um nível de satisfação anual $\geq 75\%$ dos diferentes atores educativos (alunos, pais, docentes e não docentes). Realizar pelo menos uma atividade em articulação com a associação de pais.

Tal como consta no Relatório de Avaliação do Projeto Educativo 2018/2021, todas as metas foram atingidas, com exceção da meta “No final do triénio igualar ou superar as taxas de Desempenho do NUT III do 2º ano, 5º ano e 8º ano”, que foi apenas parcialmente atingida. No confronto dos resultados de desempenho dos nossos alunos com os resultados alcançados na NUT III, à qual pertence o nosso agrupamento, verifica-se que, em termos gerais, as taxas foram superadas na maioria das disciplinas. Apenas em alguns domínios cognitivos do Estudo do Meio e das Expressões Artísticas, no 2º ano, na Educação Física, no 5º ano e na História, no 8º ano, não foram superadas as taxas. Assim, considera-se que a meta foi parcialmente atingida, com uma percentagem de concretização de 84,5%. Nas suas considerações finais, o relatório mencionado refere que «O grau de consecução do Projeto Educativo foi muito bom (...) face ao grau de cumprimento das metas, os objetivos estratégicos foram atingidos e cumpridos».

Assinalando-se o facto muito positivo de as metas terem sido atingidas subsistem, como é evidente, aspetos a melhorar dando, ao mesmo tempo, continuidade ao trabalho que já é prática no agrupamento.

O “Balanço Final do Plano de Atividades 2019/2021” salienta, como pontos fortes: a quantidade de propostas apresentadas, a diversidade de propostas de atividades, a redução no número de atividades propostas após

a aprovação inicial do Plano de Atividades, o número de atividades realizadas na situação de ensino a distância (programadas e alternativas às programadas) e uma distribuição mais equilibrada das atividades, quer semanal, quer anual. Aponta ainda alguns pontos fracos: o número reduzido de atividades propostas pelos alunos, pais e encarregados de educação, o elevado número de atividades não realizadas devido à situação de ensino a distância e a compatibilização do Plano de Atividades com as atividades das entidades parceiras. Nas conclusões deste documento são apresentadas duas propostas: “Maior integração e troca de informação com as entidades parceiras, dando a conhecer o nosso Plano de Atividades, procurando obter o máximo de informação sobre os respetivos Planos de Atividades” e “Harmonizar os modelos de avaliação das Atividades / Projetos, traduzindo a concretização dos objetivos propostos”.

No seu “Relatório de Acompanhamento da Ação Educativa no Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, 2018/2019” a equipa da Inspeção Geral de Educação e Ciência (IGEC) identifica as principais fragilidades da escola (elevadas taxas de retenção no ensino básico, avaliação do ensino e das aprendizagens, comportamentos dos alunos indutores de insucesso, falta de acompanhamento dos alunos por parte das famílias, baixas expectativas dos alunos e práticas de ensino), propondo a realização de três ações de melhoria no âmbito das áreas de intervenção objeto de acompanhamento por parte da IGEC: “Avaliação do ensino e das aprendizagens”, “Atuação pedagógica ao nível dos comportamentos dos alunos” e “Acompanhamento do trabalho dos docentes”.

Na apreciação final dos resultados das ações implementadas, a equipa da IGEC destaca as diversas melhorias conseguidas nas diferentes áreas de intervenção e aponta oportunidades de melhoria em cada uma dessas áreas. Assim, no que diz respeito à “Avaliação do ensino e das aprendizagens”, foram apontadas como oportunidades de melhoria: a internalização do modelo de avaliação do ensino básico, em respeito pela lógica de ciclo e pela centralidade da avaliação formativa, o alargamento da ação realizada a todas as disciplinas das matrizes curriculares e a integração dos interlocutores da ação na equipa de autoavaliação, de modo a incluir os vários processos de avaliação interna.

Relativamente à “Atuação pedagógica ao nível dos comportamentos dos alunos” as oportunidades de melhoria indicadas foram: dar continuidade à ação, ajustando os objetivos e as metas às necessidades de cada aluno, articular esta medida com outras modalidades de apoio e integração dos interlocutores da ação na equipa de autoavaliação, de modo a incluir os vários processos de avaliação interna.

No caso da ação “Acompanhamento do trabalho dos docentes” as oportunidades de melhoria apontadas foram: divulgação das boas práticas identificadas junto de todos os docentes, aumento do número de docentes, por departamento, a envolver no processo de observação de aulas e integração dos interlocutores da ação na equipa de autoavaliação, de modo a incluir os vários processos de avaliação interna.

Houve um compromisso da escola para dar continuidade às ações do Programa de Acompanhamento, consolidando e aprofundando o trabalho realizado nesse ano letivo (abranger todas as disciplinas, integrar os

interlocutores das ações na equipa de autoavaliação, articular a tutoria autorregulatória com outras medidas de apoio e partilhar as “Boas Práticas” de educação e ensino), que foi cumprido e desenvolvido/ adaptado, atendendo às alterações decorrentes dos Decretos-Lei nº 54 e 55/2018, de 6 de julho.

Neste ano letivo (2021/2022) a IGEC fez um acompanhamento do trabalho da escola no âmbito do “Perfil dos Alunos – Ação das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva” e, no seu Projeto de Relatório, apresenta diversos “aspetos a destacar”, pois constituem práticas de referência para a educação inclusiva, e “aspetos a melhorar”.

No que respeita à “Intencionalidade Educativa” destacam-se o “Estabelecimento de parcerias e adesão a projetos, propiciadores de mais recursos humanos, com impacto na maior abrangência e adequação do serviço educativo prestado às diferentes necessidades das crianças e dos alunos” e a “Sensibilização, no início de cada ano letivo, dos novos docentes, dos assistentes operacionais e dos assistentes técnicos para ações promotoras da educação inclusiva”; como aspetos a melhorar indicam-se “Explicitar no projeto educativo os princípios orientadores da educação inclusiva e as linhas de atuação para a inclusão, considerando a diversidade da sua população escolar”, “Implementar práticas pedagógicas em sala de aula, sustentadas no DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem), com vista ao sucesso de todas as crianças e alunos e à concretização das competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” e “Reforçar, internamente e em articulação com o centro de formação da associação de escolas, a realização de ações de formação no âmbito da educação inclusiva, com vista ao desenvolvimento profissional dos diferentes intervenientes”.

Relativamente à “Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, EMAEI”, a IGEC aponta como aspetos a destacar a “Criação e implementação de um plano estratégico, que define e orienta a ação da EMAEI, estimulando a articulação entre todos os membros da equipa” e como aspetos a melhorar “Aperfeiçoar os mecanismos de monitorização e avaliação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, mobilizando outros indicadores para além dos resultados académicos, nomeadamente o grau de satisfação dos alunos e dos encarregados de educação, bem como a eficácia das práticas pedagógicas dos docentes”, “Ajustar os critérios de avaliação na situação das adaptações curriculares significativas ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, às Aprendizagens Essenciais e à Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania” e “Integrar no PIT (Plano Individual de Transição) as competências específicas a adquirir pelo aluno, de modo a facilitar a emissão do certificado e diploma de conclusão da escolaridade obrigatória”.

Quanto às “Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão” destacam-se a “Dinamização de estratégias diversificadas com vista à melhoria das aprendizagens e da inclusão dos alunos migrantes e refugiados, com destaque para a resposta educativa no âmbito do Português Língua Não Materna (PLNM) e a “Aplicação da medida de apoio tutorial a todos os alunos com Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), permitindo uma maior autorregulação das aprendizagens e a construção de percursos individuais de mudança com vista à melhoria

pessoal”; os aspetos a melhorar são: “Reforçar as medidas que potenciam a participação dos alunos nas atividades de sala de aula, designadamente através da antecipação das aprendizagens”, “Mobilizar cabalmente a aplicação de todas as medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão, implementando em sala de aula todas as estratégias que promovam a melhoria da qualidade das aprendizagens, tendo em consideração a individualidade de cada criança e aluno” e “Intensificar a participação dos encarregados de educação na elaboração, monitorização e avaliação dos RTP (Relatório Técnico-Pedagógico) e, quando necessário, dos PEI (Programa Educativo Individual) e PIT (Plano Individual de Transição)”.

Por fim, no caso do “Centro de Apoio à Aprendizagem, CAA” a IGEC destaca o “Desenvolvimento de estruturas e valências diversificadas do CAA, que possibilitam uma resposta mais abrangente e personalizada às necessidades das crianças e dos alunos” e indica como aspetos a melhorar “Organizar o CAA no sentido de reforçar o apoio aos docentes dos grupos e das turmas, na implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas e na construção de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação mais adequados à diversidade da população escolar”, “Realizar de forma sistemática o acompanhamento, a monitorização e a avaliação das estruturas e valências do CAA, de modo a aferir o seu impacto na inclusão e aprendizagem das crianças e dos alunos” e “Aprofundar a articulação do CAA com as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica para otimizar os recursos pedagógicos existentes, nomeadamente clubes e projetos, e implementar respostas ajustadas às crianças e aos alunos”.

De referir ainda que, na sequência desta ação inspetiva, foi decidido que, em articulação com o diretor do Agrupamento, será agendada uma intervenção de continuidade, a realizar no 1.º período do ano letivo de 2023-2024.

Por fim, no seu “Projeto de Intervenção 2021/2025”, o diretor do agrupamento, com base no conhecimento abrangente que tem deste, fruto da participação ativa nos últimos anos em diferentes órgãos de coordenação/ gestão, com influência direta na tomada de decisões, identificou aqueles que considera serem, mais do que problemas, aspetos de melhoria.

Assim, destaca como **“Potencialidades/ Pontos fortes”**:

- estabilidade do corpo docente e qualidade científico-pedagógica dos docentes em todos os níveis de educação e ensino;
- docentes/ outros profissionais empenhados e envolvidos em ações para melhoria da qualidade educativa e formativa dos alunos;
- apoio dos assistentes técnicos e colaboração dos assistentes operacionais;
- participação e corresponsabilização das lideranças intermédias;

- qualidade do serviço prestado no âmbito das competências do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) - unidades de ensino estruturado/ especializado para alunos com espectro do autismo e ensino bilingue para alunos com deficiência auditiva, da Educação Especial, da Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e dos Serviços de Psicologia e Orientação SPO);
- as Bibliotecas Escolares, com um Plano de Atividades muito diversificado;
- a valorização da avaliação formativa enquanto instrumento fundamental;
- as tutorias autorregulatórias, integradoras/ reguladoras do quotidiano destes alunos;
- diversidade das ações que constituem o Plano de Formação interno do agrupamento;
- multiplicidade de projetos, programas e parcerias promotores do sucesso escolar dos alunos, da inclusão, da educação para a cidadania e para as artes;
- aposta na inclusão como princípio efetivamente assumido;
- diversidade/ consistência das atividades dinamizadas no Plano de Atividades;
- hábitos de trabalho colaborativo entre docentes;
- apetrechamento tecnológico realizado em equipamento/ infraestruturas;
- a continuação do uso das plataformas utilizadas no Ensino à Distância (E@D) como ferramentas de prestação do serviço educativo, mesmo em contexto de ensino presencial.

Constituem aspetos a ter em conta, como **“fragilidades/pontos fracos”**:

- falta de consistência na articulação e sequencialidade curricular entre os diferentes níveis e ciclos de educação e ensino;
- comunicação entre os diferentes estabelecimentos de educação e ensino;
- falta de hábitos de trabalho sistemático, deficientes métodos de estudo dos alunos;
- comportamentos desviantes e condutas inadequadas dos alunos em sala de aula;
- pouco envolvimento dos pais/ encarregados de educação no acompanhamento da vida escolar dos seus educandos;
- inadequação das instalações dos laboratórios destinados às ciências experimentais;

São **“Constrangimentos”** os seguintes aspetos:

- o sentimento dos docentes e outros profissionais face ao momento atual, com implicações no nível do comprometimento com o desenvolvimento de processos de inovação e melhoria efetivas;
- o nível socioeconómico e cultural com que se debate uma franja considerável de famílias de alunos do Agrupamento;
- o nível de participação dos pais/ encarregados de educação nas atividades escolares, pedagógicas ou de outra natureza;

- o aumento do absentismo escolar, o isolamento e a falta de acompanhamento no âmbito da Ação Social Escolar (ASE), Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

A terminar, apresenta as **“Oportunidades”** que considera relevantes:

- reforço da articulação com as entidades parceiras: Amato Lusitano Associação de Desenvolvimento (ALAD), Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, Escola Segura;
- incremento das relações com a Associação de Pais e Encarregados de Educação, instituição com participação assídua e ativa na vida do agrupamento;
- a necessária articulação com a Câmara Municipal de Castelo Branco fruto do processo de transferência de competências dos agrupamentos para as autarquias.

4.2 - Contexto Estratégico (análise SWOT)

O quadro 13 apresenta a sistematização dos aspetos constantes em todos os documentos referidos, incluindo os contributos da própria equipa responsável pela elaboração deste Projeto Educativo.

Pretende-se clarificar o posicionamento estratégico do Agrupamento através das suas Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Importa que o Agrupamento se concentre nos pontos fortes e os incremente, transforme as fraquezas em oportunidades de melhoria, agarre as oportunidades e as rentabilize e se proteja das ameaças através de estratégias que minimizem os seus efeitos.

Quadro 13 - Análise SWOT

		AJUDA	DIFICULTA
Origem do fator	INTERNA (Organização)	- Receitas próprias - Recursos humanos (estabilidade e qualidade científico-pedagógica do corpo docente; docentes/ outros profissionais empenhados no sucesso escolar; apoio dos assistentes técnicos e colaboração dos assistentes operacionais) - Recursos materiais, nomeadamente o apetrechamento tecnológico em equipamento e infraestruturas - Organização e gestão escolar, com participação e corresponsabilização das lideranças intermédias - Bibliotecas Escolares, com um Plano de Atividades muito diversificado - Diferenciação e educação inclusiva (Plano Estratégico da EMAEI, inclusão dos alunos migrantes e refugiados, com destaque para a resposta educativa no âmbito do PLNM, qualidade do serviço prestado no âmbito das competências do CAA, práticas de avaliação formativa das aprendizagens, continuação do uso das plataformas utilizadas no Ensino a Distância (E@D) em contexto de ensino presencial, como ferramentas de prestação do serviço educativo...) - Apoios diversificados, incluindo as tutorias autorregulatórias e o Apoio Tutorial Específico - Plano de Atividades, incluindo uma grande diversidade/ consistência de atividades e projetos - Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola (EECE), envolvendo uma multiplicidade de projetos e atividades promotoras da inclusão e do sucesso escolar - Plano de Formação interno do agrupamento, constituído por ações diversificadas, de acordo com as necessidades de desenvolvimento profissional dos docentes - Sucesso académico com valores consideravelmente altos - Imagem do agrupamento na comunidade educativa	- Verbas do Orçamento Geral do Estado, OGE - Recursos materiais (algumas escolas, equipamento desportivo, laboratórios e salas de aula¹) - Dispersão pelos estabelecimentos de ensino dos docentes do 1.º ciclo e pré-escolar - Comunicação entre os diferentes estabelecimentos de educação e ensino - Articulação e sequencialidade (falta de consistência na articulação e sequencialidade curricular entre os diferentes níveis e ciclos de educação e ensino) - Falta de hábitos de trabalho sistemático e deficientes métodos de estudo de alguns alunos - Comportamentos desviantes e condutas inadequadas de alguns alunos em sala de aula - Práticas pedagógicas de diferenciação, atuação da EMAEI e organização do CAA ainda não otimizadas. ⁽¹⁾ Na Escola Básica Afonso de Paiva o número de laboratórios é insuficiente, considerando o número de turmas, e não existe apoio de assistentes operacionais para assegurar a manutenção; as salas de aula, na sua maioria, não têm armários nem placards; todas as salas de aula dispõem de computador e projetor mas, na maioria, as condições de projeção não são as melhores, uma vez que a localização do projetor (lateral) foi definida pela existência, ao centro, de quadros tradicionais em vez dos mais adequados e atuais quadros brancos.

EXTERNA (Ambiente)	- Instalações escolares, no geral, agradáveis e cuidadas - Espaço verde amplo a rodear o edifício sede do agrupamento - Reforço da articulação com as entidades parceiras: Amato Lusitano Associação de Desenvolvimento (ALAD), Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, Escola Segura - Reforço da relação com a Associação de Pais e Encarregados de Educação, instituição com participação assídua e ativa na vida do agrupamento - Articulação com a Câmara Municipal de Castelo Branco	- Excesso de procedimentos burocráticos - A carga horária dos docentes mantém aumento verificado há alguns anos - O sentimento dos docentes e outros profissionais face ao momento atual, com implicações no nível do comprometimento com o desenvolvimento de processos de inovação e melhoria efetivas - Diminuição dos recursos humanos (docentes e não docentes) - O nível socioeconómico e cultural com que se debate uma franja considerável de famílias de alunos do Agrupamento - O nível de participação dos pais/ encarregados de educação nas atividades escolares, pedagógicas ou de outra natureza - Limitado controlo parental de alguns pais/ encarregados de educação - O aumento do absentismo escolar, o isolamento e a falta de acompanhamento no âmbito da Ação Social Escolar (ASE), Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).
---------------------------	--	--

5 - Âmbito da Ação Estratégica

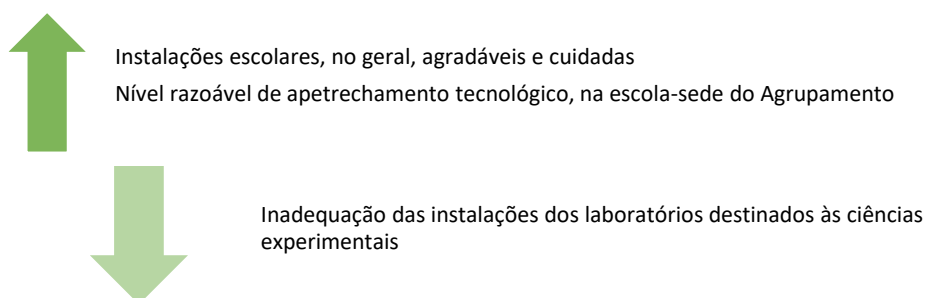
5.1 - Áreas de intervenção

Os pontos fortes evidenciados nos diferentes relatórios, no âmbito da caracterização do Agrupamento, agrupam-se de acordo com áreas de ação ou de intervenção, a saber:

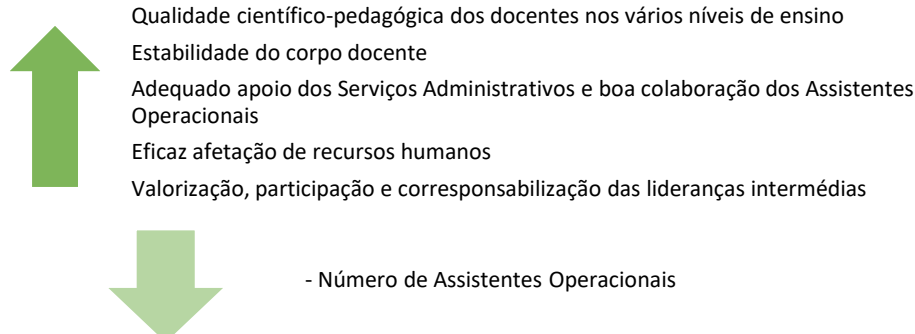
- Recursos materiais
- Recursos humanos
- Orientação vocacional/ Apoio psicopedagógico/ Adequação dos apoios a crianças e alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão/ promoção da Inclusão Social
- Plano de Atividades e outros projetos/ Inovação/ Reconhecimento do trabalho dos alunos
- Resultados académicos
- Resultados sociais
- Participação e Desenvolvimento Cívico das Crianças e Alunos
- Envolvimento da comunidade educativa

Em qualquer destas áreas, o Agrupamento Afonso de Paiva deve continuar o trabalho de aprofundamento e de desenvolvimento, ao longo do triénio 2022/2025, tendo como **objetivo estratégico** para cada área, consolidar os pontos fortes evidenciados. A **meta** será igualar, pelo menos, os níveis obtidos e disso se irá dando conta nos relatórios periódicos a elaborar.

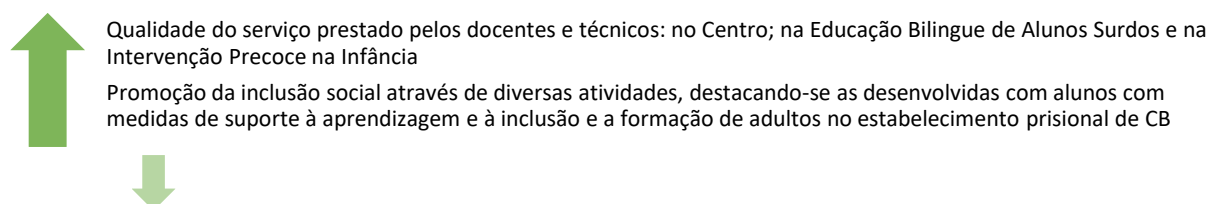
Recursos Materiais



Recursos Humanos



Orientação Vocacional/ Apoio Psicopedagógico/ Adequação dos apoios a crianças e alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão/ Promoção da inclusão social



Projetos PA e outros/ inovação/ reconhecimento do trabalho dos alunos



Diversidade e consistência de atividades dinamizadas no âmbito do PA, potenciadoras do desenvolvimento e do enriquecimento do currículo (competências académicas e sociais)
Projetos e parcerias com intencionalidade inovadora para melhorar aprendizagens, abertura à comunidade e envolvimento dos pais, inclusão, educação para a cidadania – alguns com impacto bastante positivos
Promoção do desenvolvimento de competências no domínio artístico
Atividades transversais, na área da música, do teatro e das expressões
Diversificação de atividades no domínio ambiental
Muito boa mobilização dos recursos da comunidade educativa (utilização dos diversos espaços e equipamentos das diversas unidades, por exemplo, dos recursos das bibliotecas)
Bibliotecas Escolares com plano de atividades atrativo, articulado e de proximidade com a população escolar
Circuitos de informação e comunicação genericamente eficazes



Número reduzido de atividades propostas pelos alunos, pais e encarregados de educação.

Resultados Académicos



Resultados globalmente bons



Falta de consistência na articulação e sequencialidade curricular entre os diferentes níveis e ciclos de ensino
Falta de hábitos de trabalho sistemático e deficientes métodos de estudo, por parte dos alunos.

Participação e desenvolvimento cívico das crianças e alunos



Iniciativas para a promoção do desenvolvimento cívico das crianças e alunos
Diversificação das práticas de solidariedade
Criação de uma Equipa Multidisciplinar de acompanhamento para a promoção da disciplina escolar



Existência de casos de comportamentos desviantes e condutas menos adequadas, nomeadamente em sala de aula.
Fraco envolvimento dos encarregados de educação/famílias no acompanhamento da vida escolar dos seus educandos.

5.2 - Áreas de intervenção prioritária: Objetivos Estratégicos e Metas

Tendo em conta os princípios enunciados no ponto da identidade do Agrupamento, designadamente as características da comunidade escolar e os problemas diagnosticados, destacaram-se duas grandes **áreas de intervenção** prioritária:

- Sucesso e Resultados académicos
- Relação Escola – Família

O quadro 14 pretende evidenciar os objetivos estratégicos que foram definidos para cada área de intervenção prioritária.



Quadro 14 – Áreas de Intervenção Prioritária e Objetivos Estratégicos

Para cada um dos **objetivos estratégicos (OE)**, estão definidas as respetivas **metas**, conforme quadro seguinte:

OE METAS

1.	No final do triénio igualar ou superar as taxas de Desempenho do NUT III do 2º ano, 5º Ano e 8.ºAno. No final do triénio atingir taxas de transição de 92% para cada um dos ciclos (100% nos anos intermédios). Ao longo do triénio manter o abandono a tendencialmente 0%. Ao longo do triénio igualar ou superar as taxas de sucesso nacionais, nas provas finais de ciclo. Ao longo do triénio procurar que a diferença entre a classificação interna e a classificação externa das provas finais seja $\leq 4\%$. No final do triénio igualar ou superar o sucesso de cada uma das áreas curriculares, por ano de escolaridade.
2.	Implementar, no triénio, em todas as turmas, um programa de treino de competências sociais. Atingir, no final do triénio, pelo menos 50% do número de turmas com indicação em ata de comportamento qualitativo superior ou igual a BOM. Realizar, anualmente, um mínimo de 2 atividades propostas e dinamizadas por iniciativa dos alunos do 2.º e 3.º ciclo. Participar, anualmente, em cada estabelecimento, no mínimo em 2 iniciativas ou projetos que promovam a defesa do ambiente. Realizar, anualmente, uma atividade no âmbito da educação parental e desenvolvimento de competências sociais, destinada aos Encarregados de Educação.
3.	Definir critérios, a nível das direções de turma, para inclusão/manutenção de alunos nos vários apoios existentes. Explicitar os objetivos dos apoios e avaliar a consecução dos mesmos nos conselhos de turma.

4.	Garantir, anualmente, o mínimo de uma atividade com a participação dos EE/Associação de Pais em cada um dos estabelecimentos de ensino, por sala no pré-escolar, turma no 1.º ciclo e por ano nos 2.º e 3.º ciclos, em articulação com os docentes. Dinamizar, pelo menos, dois eventos anuais em cada estabelecimento dirigidos à Comunidade Educativa. Atingir níveis $\geq 80\%$ de participação dos EE nas reuniões gerais. Atingir um nível de satisfação anual $\geq 75\%$ dos diferentes atores educativos (alunos, pais, docentes e não docentes). Realizar pelo menos uma atividade em articulação com a associação de pais.
5	30% das atividades incluídas no Plano de Atividades do Agrupamento deverão contribuir para o desenvolvimento sustentável, enquanto domínio da Educação para a Cidadania (Cidadania e Desenvolvimento)
6	Incluir no Plano de Atividades/Plano de Formação pelo menos uma atividade/formação no âmbito das competências digitais para alunos, docentes, não docentes e pais/ encarregados de educação.

Quadro 15 – Objetivos Estratégicos e Metas

6 – Critérios

6.1 - Constituição de Grupos e Turmas

De acordo com o Despacho Normativo nº 10-A/2018, de 19 de junho, alterado pelo Despacho Normativo nº 16/2019 (4/junho):

Pré-Escolar:

- Grupos heterogéneos (3, 4 e 5 anos): de 20 a 25 alunos;
- Grupos heterogéneos (3, 4 e 5 anos) com (máximo 2): até 20 alunos (nº 3, do artigo 3º do Despacho Normativo nº 10-A/2018 (19/junho), alterado pelo Despacho Normativo n. 16/2019 (4/junho).

1.º Ciclo:

- Turmas regulares: 24 alunos;
- Turmas com mais de 2 níveis (lugar único): 18 alunos;
- Turmas com mais de 2 níveis (mais de 1 lugar): 22 alunos;
- Turmas com alunos ao abrigo do nº 5, do artigo 4º do Despacho Normativo nº 10-A/2018 (19/junho), alterado pelo Despacho Normativo nº 16/2019 (4/junho), no máximo de 2: até 20 alunos.

2.º e 3.º ciclos:

- Turmas regulares: de 24 a 28 alunos;
- Turmas com alunos ao abrigo do nº 6, do artigo 5º do Despacho Normativo nº 10-A/2018 (19/junho), alterado pelo Despacho Normativo nº 16/2019 (4/junho), no máximo de 2: até 20 alunos.

Heterogeneidade:

- Distribuição equilibrada de alunos retidos;
- Distribuição equilibrada por género;
- Distribuição equilibrada por extrato social, económico e cultural;
- Distribuição equilibrada por resultados académicos.

Manutenção dos grupos nos anos sequenciais e sempre que possível na passagem de ciclo, salvaguardadas as seguintes situações:

- Decisão fundamentada do professor titular de turma/ conselho de turma;
- Pedido fundamentado dos Pais/ Encarregado de Educação;

- Diversidade de opções nas línguas e complemento a educação artística.

Paralelamente a estes critérios deverá ser tido em conta a possibilidade de criação ocasional de grupos de homogeneidade mediante a existência de recursos.

6.2 – Elaboração de Horários

Conforme o artigo 13º número 1 do Despacho Normativo 10-B/2018, de 6 de julho, para além dos critérios definidos pelo presente despacho, são critérios aprovados pelo Conselho Pedagógico os seguintes:

- A organização dos tempos letivos é feita em tempos de 50 minutos;
- O período da manhã decorre entre as 8.30h e as 13.30h e o período da tarde entre as 13.30h e as 17.30h;
- Deve ser garantida a gestão flexível da hora de almoço das turmas, permitindo uma organização mais equilibrada da utilização dos espaços comuns, tais como, por exemplo, a biblioteca escolar e o refeitório;
- Sempre que as atividades escolares decorram no período da manhã e da tarde, o intervalo do almoço não poderá ser inferior a uma hora para estabelecimentos de ensino dotados de refeitório e de uma hora e trinta minutos para os restantes, não podendo exceder duas horas;
- As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se uma hora depois de findo o período que a escola definiu para o almoço e a sua distribuição semanal não deve ocorrer, sempre que possível, em dias consecutivos;
- As disciplinas de Educação Física, Educação Visual, Educação Tecnológica, Ciências Naturais, Físico-Química, Educação Musical e Tecnologias de Informação e Comunicação, Complemento à Educação Artística devem decorrer, preferencialmente, nas respetivas salas específicas;
- No mesmo dia, o número de aulas curriculares não deve ultrapassar 8 tempos. O horário deve ter uma distribuição letiva equilibrada, de modo a que não existam dias demasiado sobrecarregados;
- Nos dias com um maior número de aulas curriculares, os horários deverão contemplar uma distribuição que integre, na Componente do Currículo, disciplinas de diferentes Áreas Disciplinares;
- Na distribuição da carga letiva semanal deve evitar-se a existência de aulas isoladas e de tempos letivos *sem atividade*;
- As disciplinas de português, no 2º e 3º ciclo devem estar organizadas do seguinte modo: um bloco de 100 minutos com intervalo a meio e dois/ três blocos de 50 minutos em dias diferentes da semana;
- A disciplina de matemática, no 2º ciclo, deve estar organizada do seguinte modo: dois blocos de 100 minutos com intervalo a meio, em dias diferentes da semana. No 3º ciclo deve estar organizada num bloco de 100 minutos com intervalo a meio e dois blocos de 50 minutos em dias diferentes da semana;

- As disciplinas de Ciências Naturais (2º e 3º ciclo) e Físico-Química devem estar organizadas do seguinte modo: um bloco de 100 minutos (aulas de desdobramento) e dois blocos de 50 minutos em dias diferentes da semana;
- No 3º ciclo, as aulas das duas disciplinas de língua estrangeira não devem ser lecionadas em tempos letivos consecutivos;
- Quanto for necessária a alteração pontual dos horários dos alunos, deve recorrer-se, preferencialmente, à permuta entre dois docentes da turma, seguindo-se as outras opções previstas no artigo 82º do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

7 - Divulgação do Projeto Educativo

Depois de aprovado, o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva será distribuído por todos os estabelecimentos de ensino e disponibilizado na página web oficial.

No início de cada ano letivo far-se-á essa divulgação nas estruturas de orientação educativa, na Associação de Pais, nas reuniões de pessoal não docente e em outras estruturas onde se entenda necessária a sua publicação.

8 - Monitorização do Projeto Educativo

8.1 - Indicadores e Instrumentos de recolha de dados

A avaliação do grau de consecução dos objetivos e metas traçadas deverá ocorrer no final de cada ano letivo de implementação deste Projeto Educativo, ao longo do triénio 2022-2025, de modo a proceder-se a reajustamentos e a uma apreciação clara e objetiva do seu impacto na comunidade.

Esta avaliação deve pautar-se por **indicadores**, elencados seguidamente, e por procedimentos metodológicos que garantam a fiabilidade das conclusões.

A fim de facilitar a leitura e de verificar a articulação das várias vertentes do processo de avaliação do PE, decidiu-se pela sistematização (quadro 16) de Metas/ Indicadores/ Instrumentos de recolha de dados e Intervenientes.

Nota: No Projeto Educativo poderão, anualmente, ser atualizados os dados relativos à população que constitui o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, não carecendo de aprovação em Conselho Geral.

Metas	Indicadores	Instrumentos de recolha de dados e Intervenientes
No final do triénio igualar ou superar as taxas de Desempenho do NUT III do 2º ano, 5º ano e 8.ºano No final do triénio atingir taxas de transição de 92% para cada um dos ciclos (100% nos anos intermédios). Ao longo do triénio manter o abandono a tendencialmente 0%. Ao longo do triénio igualar ou superar as taxas de sucesso nacionais, nas provas finais de ciclo. Ao longo do triénio procurar que a diferença entre a classificação interna e a classificação externa das provas finais seja $\leq 4\%$. No final do triénio igualar ou superar o sucesso de cada uma das áreas curriculares, por ano de escolaridade.	Níveis de desempenho dos alunos nas várias disciplinas, em cada período letivo. Níveis de desempenho dos alunos, obtidos nas Provas Finais e Exames.	Pautas de Avaliação de período letivo, dados recolhidos e organizados pelos Coordenadores de Diretores de Turma; Pautas de Avaliação Externa; Relatórios e atas de departamentos ou grupos disciplinares
Implementar, no triénio, em todas as turmas, um programa de treino de competências sociais. Atingir, no final do triénio, pelo menos 50% do número de turmas com indicação em ata de comportamento $\geq$ BOM. Realizar, anualmente, um mínimo de 2 atividades propostas e dinamizadas por iniciativa dos alunos do 2.º e 3.º ciclo. Participar, anualmente, em cada estabelecimento, num mínimo de 2 iniciativas ou projetos que promovam a defesa do ambiente. Realizar, anualmente, uma atividade no âmbito da educação parental e desenvolvimento de competências sociais, destinada aos encarregados de educação.	Níveis de indisciplina em cada turma, em contexto aula. Níveis de indisciplina em atividades extracurriculares e em espaços comuns da escola.	Registo de dados de indisciplina tipificados por contexto, gravidade e medidas tomadas (Diretores de Turma e Grupo de Trabalho); Análise evolutiva e verificação da adequação de medidas. Relatórios do Plano de Atividades
Definir critérios, a nível das direções de turma, para inclusão/manutenção de alunos nos vários apoios existentes Explicitar objetivos dos apoios e avaliar a consecução dos mesmos, nos conselhos de turma	Número de alunos envolvidos e flutuação dos mesmos. Desempenho dos alunos em cada apoio e reflexo no seu desempenho final.	Dados recolhidos pelos Coordenadores dos Diretores de Turma; Atas de Conselhos de Turma; Planos de Turma; Resultados nas disciplinas.
Garantir, anualmente, o mínimo de uma atividade com a participação dos EE/Associação de pais em cada um dos estabelecimentos de ensino, por sala no pré-escolar, por turma no 1.º ciclo e por ano nos 2.º e 3.º ciclos, em articulação com os docentes. Dinamizar, pelo menos, dois eventos anuais em cada estabelecimento dirigido à comunidade educativa. Atingir níveis de participação $\geq 80\%$ dos EE nas reuniões gerais Atingir um nível de satisfação anual $\geq 75\%$ dos diferentes atores educativos (alunos, pais, docentes e não docentes). Realizar pelo menos uma atividade em articulação com a associação de pais.	Nível de envolvimento dos EE: Propostas Organização / Dinamização de atividades Participação em atividades Colaboração na resolução de problemas Número de presenças em reuniões e atividades Número de contactos com Diretores de Turma	Relatórios do Plano de Atividades Relatórios dos Diretores de Turma

Quadro 16 – Metas, Indicadores, Instrumentos e Intervenientes

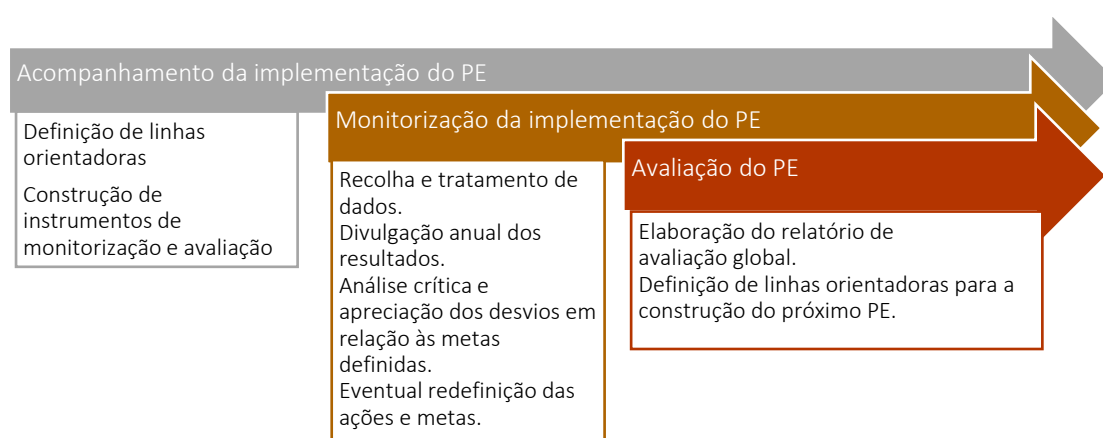
9 - Avaliação do Projeto Educativo

O Projeto Educativo (PE), sendo um documento de planeamento estratégico abrangente e de longo prazo, distingue-se dos documentos de planificação que estão destinados a concretizá-lo relativamente a períodos de tempo mais curtos.

Enquanto ferramenta promotora da qualidade e da eficácia da ação educativa, o Projeto Educativo deve prever momentos de avaliação intermédia, no sentido de estabelecer os necessários reajustamentos e a uma avaliação final, a ocorrer no término da sua vigência.

A monitorização anual e a avaliação final da execução do Projeto Educativo serão realizadas pela comunidade educativa, através de um instrumento de autoavaliação a conceber e aplicar pela Equipa de Autoavaliação.

Fundamentalmente, a informação contida nos relatórios de monitorização e de avaliação final deverá refletir sobre a qualidade da execução do projeto, verificar se os objetivos e as metas traçadas foram atingidos, e certificar a melhoria do sucesso dos alunos e, conseqüentemente, a melhoria do serviço educativo prestado. Os resultados, conclusões e recomendações destes processos serão apreciados pelo Conselho Pedagógico e pelo Conselho Geral, tendo em vista a revisão do Projeto Educativo. Paralelamente, serão concebidos e aplicados mecanismos de autoavaliação da execução dos planos que operacionalizam este projeto.



10. - Divulgação dos resultados de avaliação do PEA

Os resultados de avaliação do PEA, que terá lugar ao longo dos três anos de desenvolvimento deste projeto, deverão ser divulgados à comunidade escolar. Essa divulgação será efetuada junto dos diferentes Departamentos, dos Assistentes Operacionais e de Pais e Encarregados de Educação, assumindo um caráter pró-ativo. Tal significa que a divulgação deve ser acompanhada de reflexão, de modo a envolver todos os intervenientes na melhoria dos aspetos menos conseguidos.

O presente Projeto Educativo foi aprovado por unanimidade, na reunião do Conselho Geral do agrupamento, realizada no dia 15 de setembro de 2022.

A PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL

Maria Alice Nascimento

O DIRETOR

Luís António Ferreira Santos

11 - Bibliografia Temática

Sobre definição de projecto educativo e modelos de construção.

BATISTA, Susana; GONÇALVES, Eva; ROSA, Rita; TRIGO, Marco (2012). *Projectos Educativos – para um modelo da sua elaboração*. Projecto ESCXEL – Rede de Escolas de Excelência, Lisboa.

CAPUCHA, Luís Manuel (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião prático*. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa.

COSTA, Jorge Adelino (2003). “Projectos Educativos das Escolas: Um contributo para a sua (des)construção”. *Educ. Soc., Campinas*, vol. 24, nº 85, pp. 1319-1340.

COSTA, Jorge Adelino (2004). “Construção de Projectos Educativos nas Escolas: Traços de um Percorso Debilmente Articulado”. *Revista Portuguesa de Educação*, Universidade do Minho. Braga, vol. 17, nº 2, pp. 85-114.

FERE-CECA y EyG (2010). Proyecto Educativo Institucional. Propuesta educativa de las Escuelas Católicas III, Madrid: FERE-CECA y EyG.

Sobre legislação.

Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho.

Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho.

Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE). PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - MANUAL DE APOIO À PRÁTICA

Sobre metodologias de investigação e construção de instrumentos de recolha de dados.

MERTENS, D. (1998). *Research methods in education and psychology: Integrating diversity with quantitative and qualitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage.

OLIVEIRA, Lúcia; PEREIRA, Anabela; SANTIAGO, Rui (orgs.) (2004). *Investigação em Educação – Abordagens Conceptuais e Práticas*. Coleção CIDInE , 16, Porto Editora, Porto.